

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - CEUB**  
**PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**FERNANDA GUERRA ROMAN NÁUFEL DO AMARAL**  
**PÂMELA DE CASTRO NOGUEIRA**

**SONHOS EM UM ESTADO SUICIDÁRIO:**  
**EFEITOS DA IMPOSSIBILIDADE DO LUTO NAS SUBJETIVIDADES**  
**CONTEMPORÂNEAS**

**BRASÍLIA**

**2022**

**FERNANDA GUERRA ROMAN NÁUFEL DO AMARAL**  
**PÂMELA DE CASTRO NOGUEIRA**

**SONHOS EM UM ESTADO SUICIDÁRIO:  
EFEITOS DA IMPOSSIBILIDADE DO LUTO NAS SUBJETIVIDADES  
CONTEMPORÂNEAS**

Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica apresentado à Assessoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

Orientação: **Juliano Moreira Lagoas**

**BRASÍLIA**  
**2022**

## **DEDICATÓRIA**

Dedicamos este trabalho às mais de 680 mil vítimas da pandemia, com o intuito de não deixar que suas mortes fiquem sem um registro contextualizado nos altos da história.

O dedicamos também às suas respectivas famílias, que ainda atravessam o luto frente ao pesadelo de perder um ente querido em meio à maior tragédia sanitária do séc. XXI.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao CNPq, pelo apoio financeiro.

Ao colega e orientador Juliano Lagoas, por sonhar conosco essa pesquisa.

A todos os sonhadores que contribuíram com seus relatos e suas entrevistas, pelo precioso material que nos foi confiado.

*“Nossos inimigos dizem: A luta terminou.*

*Mas nós dizemos: Ela começou.*

*Nossos inimigos dizem: A verdade está liquidada.*

*Mas nós dizemos: Nós a sabemos ainda.*

*Nossos inimigos dizem: Mesmo que ainda se conheça a verdade*

*Ela não pode ser divulgada.*

*Mas nós a divulgamos.”*

Bertold Brecht

— em Poemas (1913-1956)

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo investigar os efeitos da pandemia da Covid-19 nas manifestações oníricas das subjetividades brasileiras, procurando compreender o impacto das práticas de gestão de crise adotadas pelo Estado brasileiro na elaboração do luto e na produção de mal-estar no Brasil contemporâneo. Para isso, partimos da compreensão psicanalítica de que os sonhos se apresentam como uma via privilegiada de acesso ao inconsciente, sendo, conseqüentemente, um índice experiencial profícuo para a investigação de determinado tempo histórico e de seus efeitos nos sujeitos por ele atravessados. A metodologia aplicada foi de natureza qualitativa e exploratória, apoiando-se nos princípios metodológicos da Análise do discurso (ORLANDI, 2015), em articulação com a teoria psicanalítica dos sonhos (FREUD, 1900/2019). Tomamos como objeto de análise, inicialmente, o discurso do Estado, categorizando e discutindo as estratégias necropolíticas adotadas durante a gestão da crise pandêmica. A partir dessa discussão, evidenciaram-se algumas das modalidades de assujeitamento, invisibilização e violência com as quais o Estado operou para gerir a vida e morte, bem como alguns dos efeitos dessa gestão no engendramento do trauma e do empobrecimento simbólico em nível coletivo. Em um segundo momento, debruçamo-nos sobre os sonhos relatados por brasileiros ao longo da pandemia, tentando tecer articulações entre as manifestações oníricas, o trauma e o luto interdito socialmente ao longo dos últimos dois anos. Em meio a um contexto simbolicamente empobrecido, atravessado por um momento de profunda transformação social, e frente à desvalorização da atividade de sonhar na contemporaneidade, os sonhos se mostraram uma via de resistência ao assujeitamento. Nesse contexto, a tarefa de recuperar a capacidade de sonhar e de fazer do sonho um exercício de cidadania se impõe ao sujeito contemporâneo como um desafio ético e uma forma de resistência ao cenário crítico que o país atualmente atravessa. Valorizar os sonhos em sua potencialidade de elaboração dos traumas e de construção de uma memória histórica coletiva, significa, antes de mais nada, dar lugar e voz àquilo que o sujeito tem de mais singular: seu desejo.

**Palavras-chave:** Sonhos; Luto; Psicanálise; Pandemia; Necropolítica.

## LISTAS DE FIGURAS, TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS, SÍMBOLOS E ABREVIações

**FIGURA 1:** Nuvem de Palavras - p. 31

**FIGURA 2:** Gráfico de Similitude - p. 32

**TABELA 1:** Descrição das categorias analíticas aplicadas aos sonhos coletados após a realização das entrevistas - p. 33

**TABELA 2:** Categorização e frequência das declarações feitas por Jair Messias Bolsonaro entre março de 2020 e junho de 2022 - p. 34

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
	2.1 PULSÃO DE MORTE, LUTO E SUBJETIVAÇÃO	12
	2.2 ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DA MORTE: NECROPOLÍTICA E ESTADO SUICIDÁRIO	16
	2.3 SONHOS E OS CAMINHOS PARA A ELABORAÇÃO DA PERDA	23
3	MÉTODO	28
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
	4.1 NECROPOLÍTICA À BRASILEIRA	34
	4.2 SONHOS EM UM ESTADO SUICIDÁRIO	49
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
	REFERÊNCIAS	63
	ANEXOS	67

## 1. INTRODUÇÃO

Desde o final do ano de 2019, quando surgiram os primeiros alertas da OMS acerca de um novo vírus se alastrando mundialmente, todos os países vêm sendo instruídos em prol da adoção de medidas de segurança em saúde e acerca da importância de ações restritivas para contenção do vírus em seus territórios. A coletânea de intervenções propostas pelos órgãos de saúde para o combate ao COVID-19, no entanto, depende diretamente do envolvimento do Estado em seu planejamento, implantação e monitoramento contínuo, de modo a promover a segurança da população e garantir os direitos básicos que permitam a travessia desse cenário crítico com o menor índice de prejuízos possíveis.

No Brasil, as ações do Estado no decorrer do primeiro ano da pandemia ilustraram, para além do despreparo e da capacidade irrisória de planejamento estratégico da alta cúpula do governo, um deslocamento do paradigma necropolítico no exercício do poder soberano. Como aborda Safatle (2020), é nos laboratórios da periferia capitalista, como o Brasil, que um modelo específico de gestão encontra um terreno fértil para suas experimentações. Esse modelo expõe um abandono do Estado, que desliga-se de sua função protetora e assume um papel suicidário, através do qual se torna agente de sua própria calamidade, marcado pela indiferença em relação ao direito universal à vida e pela arbitrariedade na escolha de quem vive e morre.

Para dar conta das possíveis tensões sociais que podem surgir como efeito desse deslocamento, o Estado passa a cessar a produção de algumas dinâmicas cívicas, como o próprio luto, para dar cabo à sua agenda, que se vê obstaculizada pela comoção social. O estudo de regimes políticos como esse foram descritos por Virilio (1976) a partir da ascensão do nazifascismo europeu durante a segunda guerra mundial. A análise psicopolítica da conduta de Hitler e seus governantes levaram o autor a cunhar o termo "Estado suicidário" para designar governos que, através da institucionalização da desordem, da negação e do desamparo, instauram um projeto político de banalização e invisibilização da morte. Em última instância, a insustentabilidade dessa dinâmica conduziria a sociedade a uma rota de autoextermínio, dada o alto nível de desafeção e generalização da violência presentes nesse tipo de gestão governamental.

Durante o cenário crítico da pandemia, as subjetividades brasileiras se depararam com uma série de obstáculos ao já árduo processo de elaboração e construção de sentido frente ao trauma pandêmico. Para além da falta de um espaço público legitimado em que se pudessem "chorar" os mortos e, assim, reconhecer a gravidade do horizonte de crise, houve também as características próprias da morte pelo vírus, que exigiram profundas mudanças nos rituais de despedida. A morte solitária, os velórios virtuais e as cerimônias de caixão fechado desafiaram o que Freud (1917/2010) denominou de *Trauerarbeit*, o trabalho do luto, ao afetar rituais históricos que amparam os sujeitos na construção de sentido diante da face Real da morte. Nesse sentido, o trabalho de luto também opera através do sentimento de angústia, ao tentar cunhar, por meio da rede cultural e da linguagem, um sentido para a experiência de perda e desamparo.

De que modo, então, os brasileiros puderam elaborar a morte em meio a essa crise? Se esse espaço de autorização à simbolização não é fornecido na esfera pública, ou, como na atual conjuntura, se esse espaço é efetivamente tolhido e negado pelo Estado, coube ao psiquismo encontrar outros meios de elaboração das perdas.

Os sonhos, de acordo com a literatura psicanalítica, se apresentam como via privilegiada de acesso aos conteúdos inconscientes, por permitir a emergência de conteúdos recalçados, ainda que cifrados sob as formas de metáforas, metonímias e abstrações, para auxiliar o escoamento libidinal, e também por darem sinais dos efeitos do silenciamento e da negação que atravessam o sonhador. Sendo assim, o campo onírico se oferta como via fecunda para o estudo das tentativas de elaboração dos conflitos e impasses subjetivos.

A própria atividade de sonhar, no século XXI, tornou-se algo do campo da resistência à precarização simbólica. Como propõe Krenak (2020), o ato de sonhar parece ter perdido seu espaço enquanto instituição preparadora do sujeito para a relação com a experiência cotidiana. O sonho, ao ser tomado pelo discurso capitalista como uma atividade não produtiva (por não render lucro), também perde espaço no tecido social na contemporaneidade, talhado sobre a insígnia de lemas como “trabalhe enquanto eles dormem”.

Dormir, sonhar, e ato de descansar parecem prejudicados pelo estilo de vida ao qual nos convoca o capitalismo. Essa perda não gera apenas um empobrecimento da experiência

onírica, que fica ainda mais recalcada e distante da realidade desperta, mas do próprio potencial afetivo dos sonhos, que, ao serem contados, tornam-se instrumentos da própria realidade compartilhada. É o sonho compartilhado de uma realidade diferente, por exemplo, que instaura o potencial revolucionário de agência para a mudança. Uma sociedade que não sonha não somente adocece, como também fica prejudicada em sua capacidade de reconfigurar e transformar as realidades insuportáveis.

Diante desse contexto, se instauram algumas questões: que caminhos se apresentam para a descarga libidinal dos sujeitos brasileiros, desafetados em seus lutos e imersos em um cenário simbólico precarizado? Se os sonhos são, como propôs Freud (1900/2019), a via régia do inconsciente e um campo privilegiado de acesso aos seus conflitos, que efeitos podemos observar a partir dos relatos de sonhos que emergem em períodos históricos de grande tensão política e social, como o atual? Em que medida os sonhos são capazes de codificar, em sua dimensão mais singular, as dinâmicas assujeitadoras que atravessam a crise contemporânea? E, como contraponto, poderiam oferecer aos sujeitos uma cena alternativa à tragédia paralisante, isto é, uma Outra cena? É em torno dessas questões que se estruturou esta pesquisa.

## **OBJETIVOS**

O presente trabalho teve como objetivo investigar os efeitos da pandemia da COVID-19 nas manifestações oníricas das subjetividades brasileiras, procurando compreender, assim, o impacto das práticas de gestão de crise adotadas pelo Estado brasileiro na elaboração do luto e na produção de mal-estar no Brasil atual. A partir deste objetivo geral, desdobram-se os objetivos específicos que balizaram a trajetória metodológica do trabalho. Foram eles:

- (i) Analisar o discurso do "Estado suicidário" e seus efeitos para o processo simbolização do trauma das mortes por COVID-19;
- (ii) Investigar os efeitos das ações do Estado frente à crise pandêmica nas subjetividades brasileiras;
- (iii) Identificar os rituais concernentes à morte durante a pandemia e seus impactos nas subjetividades contemporâneas;

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o propósito de aprofundar-se nos estudos dos processos de subjetivação da morte e seus efeitos, fez-se necessário, inicialmente, tecer considerações acerca dos conceitos psicanalíticos de pulsão de morte (FREUD, 1920/1996) e de luto (FREUD, 1917/2014), para, em seguida, delimitar algumas de suas conexões com a modalidade de gestão suicidária do Estado (SAFATLE, 2020; VIRILIO, 1976) e, por fim, nos conduzirmos à compreensão do papel das manifestações oníricas nas produções de mal-estar na contemporaneidade.

### 2.1. Pulsão de morte, luto e subjetivação

Entre 1905 e 1920, Freud dedica parte de seus estudos clínicos à exploração dos mecanismos da pulsão, conceito que, sem dúvida, se constitui como um dos norteadores metapsicológicos para a compreensão do funcionamento psíquico na perspectiva psicanalítica. Na obra *As pulsões e suas vicissitudes*, Freud descreve a pulsão como:

Um conceito situado na fronteira entre o mental e o somático, como o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente, como uma medida da exigência feita à mente no sentido de trabalhar em consequência de sua ligação com o corpo. A pulsão deve ser considerada um estímulo aplicado à mente. (FREUD, 1915/1996, p. 127)

A definição da pulsão como um conceito fronteiro entre o psíquico e o somático leva Freud (1915/1996) à delimitação dos componentes a partir dos quais ela opera: força (*Drang*), que diz respeito à tendência de descarregar a energia libidinal acumulada; alvo (*Ziel*), que é impossível de ser satisfeito por natureza, vista a constância da força pulsional; objeto (*Objekt*), que é o que há de mais variável, uma vez que todo e qualquer objeto pode vir a ocupar o lugar do vazio deixado pela falta originária do sujeito; e fonte (*Quelle*), que é o próprio núcleo Real no qual se encontram o inconsciente e a pulsão, definido posteriormente por Lacan (1964/1988) como uma estrutura de borda furada, na qual ambas se articulam na produção de um objeto *a*, isto é, o objeto faltoso que orienta os caminhos da pulsão. Por ser de ordem metapsicológica e de natureza transitiva, a pulsão é em si um fenômeno objetivamente inapreensível, sendo verificável apenas por seus efeitos sobre o psiquismo. Partindo do postulado de que todos os fenômenos humanos são, na compreensão freudiana, pulsionalmente investidos, Freud (1915/1996) propõe que esses

investimentos buscam, direta ou indiretamente, conservar estados ou objetos e expandir unidades já existentes dentro do psiquismo.

Os trabalhos de Freud caminham, nesse momento, em direção aos estudos dos efeitos clínicos dos escoamentos das pulsões sobre o corpo e sobre o psiquismo. No decorrer de sua prática clínica, no entanto, o autor se depara com efeitos manifestos da pulsão que desafiam a lógica das representações, cujo conteúdo e energia não encontram representações simbólicas e buscam manifestação nas atuações (*acting-out*) de teor compulsivo e repetitivo. A compulsão à repetição descrita por Freud (1914/1980) está no cerne das experiências de angústia do sujeito, pois o força a atualizar, a partir de passagens ao ato, um conteúdo que não encontra vias de simbolização para emergir. Através da recriação traumática, a repetição busca preparar o psiquismo para antecipação de situações semelhantes, mas fracassa pois é uma ação deslocada no tempo, que não consegue recriar o contexto no qual o trauma efetivamente se produziu.

Assim, o que está destinado à compulsão à repetição é o resíduo do que não consegue se ligar ao campo simbólico preexistente, ou seja, aquilo que não passa por processos de significação estruturantes (FREUD, 1914/1980). A presentificação em ato de elementos da história do sujeito que não foram memorizados tem um teor eminentemente desprazeroso para aquele que o experimenta, de modo que a elaboração, em especial através da fala, representa um ponto essencial das possibilidades de contorno à essa angústia. É a partir desse fenômeno que Freud (1920/1996) expõe a existência de um novo elemento que, em aparente contradição com o princípio do prazer, empurra o psiquismo mais-além do binômio prazer-desprazer, e que constituirá a base teórico-clínica para a formulação do conceito de pulsão de morte.

A diferenciação entre a pulsão de vida e a pulsão de morte pode ser abordada da seguinte forma: ambas “tendem à restauração de um estado anterior de coisas” (FREUD, 1920/1996, p. 83), mas, enquanto a pulsão de vida (*Eros*) busca produzir e conservar unidades cada vez maiores, a pulsão de morte (*Thanatos*) opera na via contrária, dissolvendo unidades e reduzindo ao máximo a quantidade de libido no organismo, seja de origem interna ou externa. Dentro dessa configuração, é o trabalho proposto em análise que fornece

ao sujeito as condições de elaboração necessárias para que a materialidade das atividades de pulsões de morte possam ser substituídas por representações psíquicas (FREUD, 1920/1996).

Uma descoberta de tal magnitude levou Freud a reestruturar sua teoria. A estruturação do psiquismo, na assim chamada "primeira tópica", era concebida a partir da divisão entre inconsciente (Ics), pré-consciente (PCs) e consciente (Cs). Em *O Ego e o Id*, Freud consolida a "segunda tópica" do aparelho psíquico, na qual o psiquismo passa a ser tratado a partir da divisão entre as instâncias do id, do ego e do superego (FREUD, 1923/2011). Cabe ressaltar, no entanto, que essa mudança conceitual não implica uma mudança propriamente paradigmática da teoria, ou ainda uma sobreposição ou anulação da tópica proposta anteriormente, mas um refinamento epistemológico que passa a compreender o id, ou a instância inconsciente, como um campo no qual coexistem mais "coisas" irrepresentáveis, do que propriamente conteúdos simbolizáveis.

O conceito de id provoca a ampliação do campo do inconsciente ao cernir nele um núcleo de falta, de vazio e de ausência de representação, que não pode ser compreendido a partir de outra dimensão que não a do vazio radical da própria morte. A inovação da metapsicologia freudiana, nesse momento, é a postulação de que a morte não é apenas um fenômeno externo com o qual lida o psiquismo, mas de que há algo inerente ao próprio funcionamento psíquico (FREUD, 1920/1996; 1923/2011).

A proximidade entre vida e morte, tanto no aparelho psíquico quanto na experiência cotidiana, convoca todos os vivos à experiência de enlutamento diversas vezes no decorrer de suas existências. Para a psicanálise, a experiência da perda pode se presentificar nas relações do sujeito com os outros e consigo mesmo, mas também em processos mais abstratos de identificação e subjetivação. No campo dos ideais, o luto pode se dar por aquilo que o sujeito não é mais ou ainda por algo que ele nunca pôde chegar a ser. Ou seja, em suma, tratar sobre o luto é tratar sobre investimentos libidinais do sujeito que são interrompidos de forma não-voluntária. É a partir dessa interrupção que se opera o trabalho de luto (*Trauerarbeit*), definido por Freud (1917/2010) como um movimento saudável de abandono da posição de investimento libidinal no objeto que foi perdido, mas que envolve um grande processo de consumo de tempo e energia até que o ego possa, gradualmente, restabelecer sua capacidade de realizar novos investimentos (FREUD, 1917/2010).

Em *Luto e melancolia*, Freud (1917/2010) reconhece que o caminho do luto é doloroso, pois acarreta na perda de interesse por aquilo que não envolve o objeto perdido, como atividades diversas e o próprio mundo exterior, ao passo que também envolve a separação e substituição gradual do antigo objeto de amor. Para que o trabalho de luto possa acontecer, é necessário que entre em curso um processo de simbolização que possibilitará que a perda ganhe os contornos de um sentido. Esse processo, individual e coletivamente, encontra-se ancorado em uma série de diferentes recursos culturais aos quais os sujeitos recorrem para auxiliar a travessia do momento de perda. Os ritos funerários e religiosos que decorrem após a morte de uma pessoa querida, por exemplo, ilustram canais de simbolização para o desamparo que tornam possível a construção de sentido frente aquilo que é irrepresentável - a morte. (FREUD, 1917/2010).

Mas como se dão os processos de elaboração do luto na atualidade? De acordo com Birman (2004), as mudanças paradigmáticas que gestaram a sociedade contemporânea, fundadas no discurso neoliberal de primazia do excesso e nos imperativos do gozo, levaram a um empobrecimento simbólico que fecundou o terreno social para a germinação de novas modalidades de mal-estar. Na hipermodernidade atual, os sujeitos se vêem cada vez mais impelidos às passagens ao ato (*acting-out*) como forma de dar conta dessa pobreza simbólica e da angústia que é gerada por essa necessidade de escoamento libidinal. Nesse cenário de subjetividades em busca de gozo, como aponta Birman:

As individualidades seriam possuídas pelo excesso, que as impele para a ação. Isso porque esta seria a única forma para eliminar aquele. Caso não façam isso aquelas seriam possuídas pelo excesso que as inundaria pela angústia. (BIRMAN, 2004, p. 183)

A linguagem, nesse contexto, perde sua potência simbólica e construtiva. Ela é esvaziada para dar lugar a imagens e retóricas instrumentais que prendem o sujeito em um circuito de compulsão à repetição. É a própria emergência do pragmatismo que tolhe a via de elaboração, tornando-a menos capaz de dar conta da demanda de representação e amenizar parcialmente a pulsão, e, conseqüentemente, fragilizando a rede simbólica e dificultando a produção de sentido que ampara os sujeitos da angústia (BIRMAN, 2004).

A impossibilidade de falar sobre o trauma e seus efeitos para a complexificação do processo de luto já foram amplamente discutidas em obras de testemunho, como as de Levi (1988), e denotam a importância do reconhecimento social do trauma e da criação de

espaços nos quais essas narrativas traumáticas possam transitar em busca de sentido. Individualmente, os efeitos da simbolização se traduzem na diminuição do sentimento de angústia e, coletivamente, a simbolização dá condições para a construção social de sentido frente a grandes traumas que atravessam a comunidade.

A partir do momento em que esses espaços são publicamente tolhidos e essas manifestações, silenciadas, o cenário do empobrecimento simbólico ganha contornos psicopolíticos que precisam ser desdobrados. É articulando o papel do Estado frente à morte, por exemplo, que Mbembe (2018) começa a escrever sobre a existência de um novo tipo de gestão emergente em países subdesenvolvidos: a necropolítica.

## **2.2. Estratégias de gestão da morte: necropolítica e Estado suicidário**

Em março de 2020, foi declarada situação de pandemia mundial após a descoberta e disseminação do novo coronavírus. Por seu alto índice de contágio e óbitos, foi recomendada, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a implementação de medidas de contenção do vírus. A liderança que se esperava ser exercida pelo Estado em um momento tão difícil e complexo como esse, não tomou forma, direcionando a situação do Brasil para uma conjuntura de crise sanitária e calamidade da saúde pública.

De acordo com o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), as populações em maior nível de vulnerabilidade social e econômica no Brasil são de cor preta ou parda, devido à construção histórica do país. Estando em situação de vulnerabilidade, essa é a parcela da população que depende em maior número dos serviços públicos de saúde, assim como de outras políticas públicas para preservação da vida no contexto pandêmico. Não garantindo a proteção dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social através do acesso a serviços de saúde de qualidade, auxílio emergencial para cumprimento da quarentena, políticas públicas de contenção do vírus, entre outras medidas necessárias para preservação da vida, o Estado escolhe negligenciar - e, portanto, deixar morrer - certas parcelas populacionais infectadas pelo vírus.

De acordo com uma perspectiva foucaultiana, partir de meados do século XIX, passa-se a não mais “fazer morrer e deixar viver” e sim “fazer viver e deixar morrer”, seguindo o princípio de biopoder de Michel Foucault, que diz sobre o “domínio da vida sobre

o qual o poder estabeleceu o controle” (MBEMBE, 2018, p. 5). O Estado, então, passa a gerenciar a vida da população através de estratégias que, utilizando de estatísticas e da epidemiologia para se concretizarem, agem sobre a biologia humana, controlando fatores como a natalidade, a mortalidade, a fecundidade, entre outros (MISSIATTO, 2021).

Ainda segundo Foucault, apesar da morte não concernir mais diretamente ao Estado, já que o gerenciamento da vida passa a ter protagonismo, ainda existe um paradoxo por ela se inscrever nos espaços de poder estatal. Esse paradoxo pode ser respondido por seu conceito de racismo de Estado, que se baseia em um discurso de superioridade biológica entre alguns seres humanos em detrimento de outros, promovendo uma tecnologia eugênica de atuação governamental na qual se deve proteger as raças superiores, enquanto as inferiores são deixadas à gerência da morte (MISSIATTO, 2021).

Enquanto as biopolíticas são organizadas para preservar a vida, cabe refletir sobre quais vidas estão sendo incluídas nesse contexto, visto os sujeitos que são tidos como inferiores a partir do prisma do racismo de Estado terão sua eliminação justificada pelo biopoder (MISSIATTO, 2021). A abstenção do Estado brasileiro diante da construção de políticas públicas para arrefecer a mortalidade provocada pela COVID, mostra a clara face necropolítica de escolha daqueles que morrem e daqueles que vivem. Mbembe (2018) questiona em sua obra sobre o lugar que é dado à vida, à morte e ao corpo humano. Sua resposta é a de que, no contexto necropolítico, a morte e o corpo são transformados por um processo de “coisificação” de certos segmentos da população, que deixam de gozar de direitos e da proteção do Estado. Essas mortes não são acompanhadas do luto e da comoção social comumente atribuídos aos sujeitos que não decaem à condição de “coisa”, isto é, aos sujeitos que, por condições de raça, gênero, e fatores socioeconômicos (para além de outros atravessamentos sócio históricos) são autorizados a manter seus direitos e gozar da proteção do Estado.

Os discursos proferidos reclamando liberdade individual e o direito de ir e vir sustentam a negação do que é necessário ser feito nesse momento e deixam marcadas “a violência e indiferença sistemática” (SAFATLE, 2020, p. 10) que ressaltam não só a ideologia econômica do modelo neoliberal, mas também seus valores morais e éticos. Ademais, há um deslocamento da responsabilidade macroestrutural da pandemia, colocando os próprios

indivíduos como responsáveis pela sua segurança em um momento de crise da saúde pública (SAFATLE, 2020).

Freud em *O Mal-Estar na Civilização* (1930/2010) traz como condição inerente à existência humana o sentimento de desamparo, que é remontado desde o desamparo infantil e sustentado pelo medo constante do “poder superior do Destino” (p. 47). Há uma constante busca, durante a vida adulta, por encontrar aquele que fará o papel de protetor que na infância era ocupado pelos pais, sendo esse um dos lugares que tanto a religião, quanto o Estado ocupam dentro do contexto civilizatório. A ordem criada e mantida pela civilização foi trazida a partir das observações feitas sobre a natureza, porém se aplica apenas às obras do homem. Para o autor:

A ordem é uma espécie de compulsão a ser repetida, compulsão que, ao se estabelecer um regulamento de uma vez por todas, decide quando, onde e como uma coisa será efetuada, e isso de tal maneira que, em todas as circunstâncias semelhantes, a hesitação e a indecisão nos são poupadas. (FREUD, 1930, p. 60).

Dessa maneira, o Estado passa fazer com que algumas das questões provocadas pelo sentimento de desamparo possam ser respondidas. Além das decisões acima mencionadas, o Estado também passa a fornecer segurança e proteção àqueles que decidem tomar parte do contrato social. Assim, passa a não mais valer a força bruta pelo poder do indivíduo, e sim o poder da comunidade compreendido como “direito”, sendo esse, para Freud (1930/2010), o passo decisivo para a constituição da civilização. O contrato civilizatório, entretanto, implica no recalçamento de impulsos instintivos de busca pelo prazer individual em nome de um bem-estar coletivo, fazendo com que a civilização opere ativamente contra o princípio do prazer (FREUD, 1930/2010).

Há de se sacrificar a satisfação plena dos instintos em prol da justiça, da lei, das normas sociais, que buscam um acordo entre as reivindicações individuais e as culturais para alcance da felicidade no contexto da civilização. O acordo civilizatório requer que o desejo seja domado, trazendo frustração para o indivíduo que não pode satisfazer esses instintos primitivos. Entretanto, faz-se um acordo para que, em troca, o sujeito não fique à mercê da força bruta e compreende-se que a construção de uma comunidade fortalece os indivíduos. Ou seja, essa perda deve ser economicamente compensada para que não ocorram distúrbios graves (FREUD, 1930/2010). Ainda, tem-se que:

O que se faz sentir numa comunidade humana como desejo de liberdade pode ser sua revolta contra alguma injustiça existente, e desse modo esse desejo pode mostrar-se favorável a um maior desenvolvimento da civilização; pode permanecer compatível com a civilização. Entretanto, pode também originar-se dos remanescentes de sua personalidade original, que ainda não se acha domada pela civilização, e assim nela tornar-se a base da hostilidade à civilização. O impulso de liberdade, portanto, é dirigido contra formas e exigências específicas da civilização ou contra a civilização em geral. (FREUD, 1930/2020, p. 62).

Para Freud (1930/2010, p. 63-64), “essa ‘frustração cultural’ domina o grande campo dos relacionamentos sociais entre os seres humanos. Como já sabemos, é a causa da hostilidade contra a qual todas as civilizações têm de lutar” . Essa hostilidade é o maior impedimento à civilização, atuando através da agressividade enquanto instinto de subsistência do ser humano, e ameaçando de desintegração a estrutura civilizatória. Nesse contexto, o outro com quem se convive é também alguém que pode se voltar contra o sujeito, além de ser tentação à satisfação de seu próprio instinto de agressividade (FREUD, 1930/2010).

Freud (1929/1930) afirma que a causa mais penosa de sofrimento é a relação com os outros, sendo um dos meios para lidar com ele o deslocamento libidinal dos instintos através de meios como a arte, a filosofia, a ciência, ou seja, pela sublimação. Com base nessa literatura, Dunker (2015) aborda o conceito de sofrimento como uma experiência compartilhada, que demanda reconhecimento, o qual por sua vez depende daquilo que é legitimado ou não pela sociedade como um todo, daquilo que é eleito como digno de ser tratado ou não, a partir do que surge dentro das relações humanas. Essa experiência compartilhada pode ser transformada a partir de seu reconhecimento coletivo, sendo justamente isso o que traz à tona a dimensão política do sofrimento.

Segundo Missiato (2021), os discursos compõem a esfera da cultura e das relações estabelecidas através da linguagem. Eles são influenciados social e historicamente e possuem papel ativo nas relações de poder existentes na sociedade. Como discorre a autora:

Para tanto, em Foucault (2008) o discurso proferido tem sempre uma função política, não podendo ser dicotomizado do poder. A linguagem é concebida, nesse sentido, como território de conflitos, de ambiguidades e de disputas que se sustentam não apenas no contexto imediato do sujeito falante, mas em toda ancestralidade de sua fala que tende a reativar memórias discursivas que foram engendradas por verdadeiras políticas da lembrança e do esquecimento. (MISSIATO, 2021, p. 8).

Uma pandemia, segundo Mendes (2020), tem duas faces: a sanitária, que é o vírus em si, e a social, que é a maneira como a sociedade irá lidar com ela. Em seu texto *Necrossociedade* para o *Le Monde Diplomatique Brasil*, Mendes afirma que no Brasil, desde o princípio, optou-se pela negação da realidade que precisava ser vivida - que envolvia a quarentena e cuidados com relação à saúde pública - para viver a realidade de antes, uma que nega a sociabilidade e a existência de um outro desconhecido que compartilha do mesmo espaço. Para o autor, a “necrossociedade” é constituída pela população que, ao aceitar as mortes e suas diversas possibilidades como parte do cotidiano, fortalece a necropolítica. Diante da situação de pandemia, os discursos que ocuparam o campo sócio-político foram de deslegitimação, banalização e minimização do sofrimento ocasionado pelas diversas mortes por COVID-19. A esses discursos que justificam e legitimam o extermínio de populações tidas como descartáveis para o Estado se denomina *necrodiscurso* (MISSIATO, 2021).

Além disso, os *necrodiscursos* e as ações do Estado brasileiro durante a pandemia retomam a tática do desaparecimento forçado, que foi implementada no Brasil durante o período da ditadura militar durante os anos de 1964 a 1985. Essa tática é uma forma de gestão estratégica que faz parte da política de regimes autoritários (DOMÍNGUEZ & CORRÊA, 2020). Como elucida Schettini (2017):

(...) entre 1964 a 1969, as torturas e execuções de opositores eram, em regra, encobertas por falsas versões de suicídio, atropelamento ou confronto e o corpo da vítima era geralmente entregue aos familiares em caixões lacrados, acompanhado de certidão de óbito atestando uma falsa versão para a morte. A violência de Estado era, então, mascarada por meio de uma aparente legalidade. Contudo, à medida que as manifestações contrárias à ditadura cresciam e que as denúncias de tortura no Brasil ganhavam repercussão internacional, a estrutura repressiva da ditadura foi obrigada a se readaptar, passando a investir na tática de desaparecer com os corpos a fim de evitar a associação direta entre o Estado e as prisões ilegais, torturas e assassinatos e, conseqüentemente, evitar que a imagem dos governos militares continuassem se desgastando perante a opinião pública internacional. (Schettini, 2017, p. 5)

Os corpos que desapareciam eram daqueles transformados em inimigos do Estado, o qual é agente ativo do desaparecimento forçado seja por via direta, seja através de agentes

particulares que agem em sua omissão. Sem o registro do paradeiro desses sujeitos, é possível encobrir a ocorrência de um crime. Essa tática é também uma violação de diversos direitos, entre eles à memória, à verdade, à justiça e à reparação (DOMÍNGUEZ & CORRÊA, 2020). Durante o período de pandemia, como aponta Safatle (2020) o desaparecimento forçado como política é retomado a fim de evitar uma comoção e luto públicos, possibilitando, portanto, a naturalização de uma morte violenta, silenciosa e invisibilizada.

Sabemos que a morte de um sujeito implica uma narrativa. Quem morreu, onde morreu, como morreu e, na maioria das vezes, um breve relato de quem foi em vida. É assim que se estruturam memoriais, matérias jornalísticas e homenagens a entes que se foram. A morte do ator Paulo Gustavo em decorrência da COVID-19, à título de exemplo, mobilizou por meses os canais midiáticos e as narrativas populares. Não faltaram matérias falando de sua história, do casamento, dos filhos, de sua carreira. Durante os mesmos meses em que isso ocorria, também não faltaram notícias com manchetes como “Operação em Jacarezinho deixa 25 mortos”. Que diferença se opera na anúncio dessas mortes?

Enquanto a morte do sujeito é narrativizada, debatida e lastimada publicamente, a morte dos sujeitos “coisa” são anunciadas sem qualquer qualificação, passando, portanto, à condição de números, sem identidade e sem história. A forma como se apaga essa identidade e se coisifica o morto guarda íntima relação com as modalidades de poder vigentes em uma sociedade. Podemos dizer, grosso modo, que a necropolítica diz respeito ao Estado que, em sua posição de agente de poder soberano, define quem deve morrer e quem deve viver, e que recursos institucionais e discursivos estarão empregados nesses processos (de vida e morte) (MBEMBE, 2020).

Também podemos compreendê-la, como aponta Safatle (2020), como quando o poder soberano deixa de atuar como um “Estado protetor” e passa a assumir uma figura de “Estado predador” diante de certos nichos da sociedade. Há contextos ainda mais contemporâneos, segundo o autor, nos quais a figura de “Estado protetor” é abandonada não somente para essa população em alto nível de vulnerabilidade, mas para a população em sua totalidade. Ou seja, o Estado protetor deixa de existir para todo o corpo social independente de seu nível de vulnerabilidade, e assume um papel ativo de destruição em massa.

Em um contexto no qual a gestão da morte já não paira somente sobre grupos específicos, mas sobre o corpo social como um todo, não falamos mais em um Estado necropolítico, mas sim em um “Estado suicidário”. Esse conceito, que foi primeiramente apresentado através dos estudos de Virilio (1976) sobre o desenvolvimento do fascismo e suas modalidades de gestão durante a Segunda Guerra Mundial, reconhece um Estado que, ao se dar conta de sua derrota política, abandona a tarefa de autopreservação, direcionando-se à autodestruição.

Para sustentar sua rota autodestrutiva, o Estado suicidário precisa operar a marginalização e o silenciamento de quaisquer experiências sociais que ameacem sua autoridade e denunciem sua indiferença. Com esse objetivo, a vida da população é organizada sob a dinâmica de guerra, onde há um inimigo imaginário a se combater e o fator de risco está presente em todas as ações sociais. É por meio dessa construção imaginária de um inimigo, somada à uma busca por manter sua coesão e unidade, que o Estado sustentará sua indiferença sistemática e suas violências reiteradas. Como disserta o autor:

A única forma de adiar a desagregação da ordem política, a fragilidade tácita da ordem, consistiria em gerenciar, em um movimento de flerte constante com o abismo, uma junção entre os chamados à autodestrutividade e a reiteração sistemática de heterodestrutividade. (SAFATLE, 2020, p. 8)

Nesse arranjo social e político, as manifestações de luto e perda encontram-se obstaculizadas para emergir no corpo social, enquanto denúncias do papel ativo do Estado no desaparecimento, extermínio e execução de sua população ficam relegadas a um status recalçado, em uma negação que afeta o processo de elaboração do luto. Esse processo de desafeção do Estado acompanha atividades de negação, desaparecimento de corpos e explícita recusa em demonstrar-se sensível diante das perdas ocorridas (SAFATLE, 2020).

Ainda, Dionísio (2021) acrescenta à discussão a dificuldade de simbolização das mortes através do luto durante a pandemia:

Cruzando todos os dados, penso que fomos condenados a uma dupla violação da experiência do luto: por um lado, tem-se a violência própria da pandemia que encerra nossos corpos, e, junto a ela, a morte que espreita à distância de um espirro; por outro, a impossibilidade de as famílias velarem seus mortos revela a profanação de um traço simbólico muito caro à nossa cultura, como vimos: assim como no desaparecimento de corpos feito pela ditadura, a

impossibilidade de enterrar dignamente aqueles que se foram deixa hoje os brasileiros em situação análoga a essa herança maldita do período militar, tática que condena os vivos a um luto impossível e à decorrente subjugação melancólica que, neste caso, é forçada pelo vírus e imposta oficialmente pelo poder central com sua altíssima cota de negligência e de denegação intencional da realidade do vírus. (DIONÍSIO, 2021, p. 46)

Passou-se a viver no Brasil um cenário no qual as vidas perdidas não têm lugar simbólico; no qual não há planejamento para redução das problemáticas advindas de uma pandemia; no qual a maioria das vidas perdidas são comparáveis às vidas dos infames perdidas em guerras passadas (NAVARRO ET AL., 2020). A pandemia ocasionou alterações nos contextos sociais, políticos, culturais e econômicos. Atualmente se vive em uma sociedade confrontada diariamente com processos que exigem do psiquismo uma simbolização a qual não vem tendo devido espaço para acontecer. O que se percebe é uma constante busca por extravasar aquilo que não encontra lugar na vida simbólica e psíquica do sujeito. (BIRMAN, 2004). De acordo com Dunker et al. (2020), principalmente no início da pandemia exigiu-se que nosso psiquismo trabalhasse ainda mais, pois “não dispúnhamos de formas simbólicas, nem de narrativas padrão, nem de um repertório de imagens compartilhadas capazes de apreender tudo que se passava” (p. 8).

Diante desse contexto necropolítico instaurado pelo Estado brasileiro, associado à perda de espaço simbólico para elaboração das mortes provocadas pela COVID-19, hipotetiza-se que o caminho da análise onírica pode ser uma via fecunda para explorar conflitos psíquicos e também psico-políticos dentro do campo do sujeito.

### **2.3. Sonhos e os caminhos para a elaboração da perda**

Como nos mostra Freud (1900/2019), conteúdos psíquicos que não encontram vias para emergir nos espaços públicos, aparecerão no espaço privado, seja na forma de sintoma, de somatizações, ou ainda, de manifestações oníricas. Na perspectiva psicanalítica, os sonhos têm a característica de encenar, no plano onírico, as demandas de elaboração que, por quaisquer motivos, não puderam acontecer pela via da fala. Os conteúdos que emergem a partir do sonho, de forma condensada e infamiliar, dão sinais de que há algo a ser processado pelo psiquismo, como uma espécie de resistência às estratégias de silenciamento da subjetividade. Retomando a obra anteriormente citada de Levi (1988), há um passagem

em que o autor relata um sonho que teve durante o período que passou preso no campo de concentração de Auschwitz durante a segunda guerra mundial:

Aqui está minha irmã, e algum amigo (qual?), e muitas outras pessoas. Todos me escutam, enquanto conto do apito em três notas, da cama dura, do vizinho que gostaria de empurrar para o lado, mas tenho medo de acordá-lo porque é mais forte que eu. Conto também a história da nossa fome, e do controle dos piolhos, e do Kapo [funcionário prisioneiro] que me deu um soco no nariz e logo mandou que me lavasse porque sangrava. É uma felicidade interna, física, inefável, estar em minha casa, entre pessoas amigas, e ter tanta coisa para contar, mas bem me apercebo de que eles não me escutam. Parecem indiferentes; falam entre si de outras coisas, como se eu não estivesse. Minha irmã olha para mim, levanta, vai embora em silêncio. Nasce então, dentro de mim, uma pena desolada, como certas mágoas da infância que ficam vagamente em nossa memória; uma dor não temperada pelo sentido da realidade ou a intromissão de circunstâncias estranhas, uma dor dessas que fazem chorar as crianças. (LEVI, 1988, p. 51).

O sonho de Levi ilustra a concepção freudiana de que o trabalho de luto é complexo e exige uma elaboração psíquica para “instituir a constância de um traço simbólico, índice da relação perdida” (COSTA, 2006, p.55). Sem esse traço, o sujeito se vê silenciado diante da ausência de uma escuta que se apresente para auxiliar esse movimento de simbolização. Em contraponto, a oferta da escuta é ao que se propõe a psicanálise, na tarefa de auxiliar nos processos de travessia da repetição e do trauma para a chegada de um terceiro momento, o da elaboração (FREUD, 1914/1980).

Na tarefa de decifração da linguagem onírica, muito explorada por Freud, nos convoca a ler os sonhos enquanto textos, cujos conteúdos manifestos (conscientes) e latentes (inconscientes) se combinam em arranjos deformativos de condensação (quando um único elemento do sonho é uma combinação de uma rede de associações distintas), e de deslocamento (quando há uma censura operando na substituição de um elemento latente por um de seus fragmentos constituintes, de forma a transferir a importância afetiva daquele conteúdo para outras ideias não relacionadas originalmente à elas). (FREUD, 1900/2019).

Pode-se afirmar, a partir da leitura freudiana feita por Costa (2006), que “o sonho convoca em ato não somente o signo de um objeto que move o desejo, mas, fundamentalmente, um mais-além que aponta nossa falta mais radical” (COSTA, 2006, p. 21). O furo do sonho, posteriormente explorado por Lacan (1964/1985), introduz a ideia do campo onírico como um lugar de encontro com o real, em que o sujeito se depara com o estado bruto dos efeitos de seus laços pulsionais. Respeitando a configuração singular de cada sujeito, a psicanálise se volta para a leitura dos sonhos por compreendê-los como um

terreno fértil para a exploração da via inconsciente que dá sinais de movimentos de simbolização penderes do psiquismo.

Segundo Dunker et. al (2021), o mundo onírico oferece uma via de escoamento libidinal ao sujeito, mas ainda de forma pouco apaziguadora e frequentemente inquietante, pois o sonho não deixa de ser uma imagem “atravessada por traumas, sintomas e cisões que marcam a cultura”. Segundo os autores:

Em certa medida, sonhos são também imagens que anunciam a falha incrustada no campo da visualidade: as imagens mostram ou dão a ver algo, pelo contrário, elas são inadequadas, lacunares, cindidas por rasgos e fissuras, por excessos inapreensíveis pelo registro do simbólico. (Dunker et al, 2021, p. 66).

Dessa forma, o trauma convoca o sujeito a tentar absorver o excesso do Real através da repetição. E dado que todo tratamento possível ao trauma perpassa a construção de sentido, se prestar a ouvir os relatos oníricos e pensar os sonhos como materiais que comportam um saber é em si um ato ético-político de resistência e de intervenção, visto que ressalta não só a existência, como também a importância do saber que se confere à outra cena. Os sonhos, ao colocar-nos “no presente, a construir, através das ruínas do passado, o que ainda não existe na materialidade da vida” (Dunker, 2021, p. 121), opera uma ruptura incisiva na temporalidade do mundo, reafirmando sua capacidade subjetivante e restaurativa para aqueles que se dispõem a decifrá-los. É nesse sentido que também se pode pensar os sonhos enquanto um índice das experiências de subjetivação de determinado tempo, em determinada sociedade.

Sabe-se, no entanto, que há um abismo experiencial enorme entre a experiência de sonhar e a narrativa que é feita sobre o sonho, em um segundo momento. Enquanto a primeira se dá de forma caótica e destituída de sentido, com elementos condensados, deslocados e figurados, a segunda se dá por aproximações associativas que incluem em sua estrutura vazios significantes, que denotam a existência do que Freud (1900/2019) chamou de “umbigo do sonho”, um ponto indecifrável da experiência onírica. A tarefa psicanalítica, diante disso, não é a de escutar os fragmentos e associações dos sonhos em busca de sentido, mas sim “fazer falar o Real do sonho” (DUNKER ET AL., 2021, p. 118) de modo a formular, através da montagem, aquilo que se problematiza por intermédio da cena onírica.

Ademais, como discorre Mezan (1995), as teorias acerca do psiquismo individual são também teorias a respeito da cultura e sobre as modalidades de culturalização do psiquismo, uma vez que se propõem a investigar as formas pelas quais o psiquismo se humaniza. Por isso, a investigação psicanalítica não é apenas legítima, como se faz importante para a compreensão das querelas, dos traumas e conteúdos latentes que se apresentam nos laços sociais contemporâneos.

Essa tarefa é, no mínimo, desafiadora. Nela, não se propõe uma revelação de sentido oculta ou uma eliminação do sintoma, mas um trabalho cuidadoso que provoca deslocamentos em relação às causalidades sintomáticas por meio de interpretações que reorganizam o campo de significação do sujeito. Nas palavras de Mezan, “a psicanálise, porque é leitura, é trabalho e não deciframento, é instauração do sentido e não mera revelação dele, e é negação singular e dolorosa e não marcha triunfal rumo a uma transparência enganadora.” (MEZAN, 1995, p. 73). Eis como se traduz o desafio da interpretação dos sonhos.

Busquemos compreender, então, um aprofundamento sobre as tendências oníricas durante a pandemia no Brasil. Um estudo recente de Dunker et al. (2021) se propôs a analisar sonhos de brasileiros durante o período pandêmico, relata que, durante a incidência do vírus no Brasil, os traços marcantes, absurdos e vívidos dos sonhos foram potencializados, tornando-os mais sombrios e mais intensos. Após o primeiro ano da pandemia, no entanto, parece ter havido um abrandamento na intensidade com a qual o sonho passou a ser experienciado. Também se tornaram mais presentes sonhos em que há uma antecipação ou busca por conclusão de questões em aberto do sujeito, ou ainda sonhos em que “não há uma temporalidade da urgência, mas a paralisia diante dos eventos atuais” (DUNKER ET AL., 2021, p.73), denotando, em ambos os casos, experiências atravessadas por uma temporalidade distorcida.

Notou-se também, nesse mesmo estudo, uma prevalência de sonhos em que havia a busca por acesso à diferentes espaços públicos e privados, como uma modalidade de resistência e alteridade a uma vida de vigília na qual o sujeito não pode circular livremente pela cidade, especialmente durante os meses iniciais em que a restrição sanitária de quarentena se impôs. Entre jovens, foram comuns os sonhos envolvendo espaços como a

escola - lembremos aqui que a escola é um espaço privilegiado de construção identitária - e sonhos em que havia uma espécie de silenciamento ou mutismo diante de tentativas dos sonhadores de transmitir uma mensagem a alguém.

Outro dado interessante se apresenta nas experiências oníricas de mulheres que, segundo Dunker et al. (2021), têm suas narrativas circunscritas estruturalmente à linguagem masculina, o que apresenta mais um desafio às construções narrativas de uma subjetividade genuína, não colonizada pelos homens. Nesse sentido, a escuta às mulheres e aos seus sonhos seria um caminho profícuo para a construção de uma linguagem própria, com sentidos inéditos até então ignorados em função à relegação das mulheres ao lugar inconsciente da cultura.

Sumariamente, a tendência das manifestações oníricas que ocorreram durante o período pandêmico parecem remeter a experiências de falta de controle, passividade e objetificação. Isso implica pensarmos que os sonhos, enquanto via privilegiada das manifestações inconscientes, anunciam os conflitos de sujeitos em busca de dar conta de sua “passividade no mundo para então, quiçá, conquistar a posição de sujeito desejante e construtor de sua própria história” (DUNKER ET AL. 2021), em meio a crises que desorganizam suas formas de estar no mundo, seus laços sociais, e suas formas de experienciar o tempo e o espaço.

À parte disso, a cartografia sintomática apresentada por Birman (2021) aponta para a presença crescente de casos de síndrome do pânico - episódios de invasão do real - e de rituais obsessivos compulsivos que tentam dar conta de pensamentos intrusivos de morte, levando a uma repetição e radicalização nos cuidados sanitários. Os vícios alimentares e entorpecentes também cresceram, buscando aplacar a angústia oriunda do trauma. Além disso, episódios de violência e agressividade contra mulheres, como casos de feminicídio e violência doméstica, aumentaram exponencialmente, bem como casos de sintomas hipocondríacos, frutos de experiências de fragmentação corporal intensa que levam a uma proteção excessiva do vírus e seus sinais.

Diante de todos esses excessos, falta ao sujeito um aparato de linguagem que dê conta de inscrever o traumático no campo simbólico, e, em casos de crises em larga escala, o trauma ascende ao status de problema de saúde pública. (DUNKER ET AL. 2021). Essa

coletânea demonstra que a pandemia, para além de seus efeitos objetivos, descortina uma série de fenômenos subjetivos que exigem uma atualização das formas éticas de dar conta dos processos de simbolização, à níveis individuais e coletivos, dos sujeitos brasileiros.

Tendo em vista essa exposição, partimos, nesse trabalho, da compreensão de que o estudo das manifestações oníricas se apresenta como uma modalidade privilegiada de investigação da subjetividade, com potencial de auxiliar na compreensão dos efeitos do silenciamento e da impossibilidade do trabalho de luto nos processos de subjetivação contemporâneos, pensando-os também a partir de conceitos psicopolíticos da atualidade.

### 3. MÉTODO

Partindo da consideração de que é a teoria, o objeto e o objetivo que definem o método mais adequado à pesquisa (ROSA & DOMINGUES, 2010, p. 180), a estratégia metodológica adotada por este trabalho com vistas a desenvolver os objetivos propostos dividiu-se em duas frentes: um desenho metodológico experimental, cunhado pelas autoras a partir da literatura temática apreendida, e a análise psicanalítica do discurso, filiada à Escola Francesa de Análise do Discurso, de abordagem qualitativa e natureza exploratória.

A Análise de Discurso, de acordo com Orlandi (2015), trabalha com a língua no mundo e com as maneiras de significar, considerando as produções de sentido dos sujeitos. Para Orlandi (2005), ancorada em Michel Pêcheux, fundador desse método, todo enunciado tem possibilidades de interpretação e possui pontos de deriva possíveis. A linguagem é um “sistema capaz de ambiguidade” e dentro do discurso, as palavras não tem um sentido literal, “o sentido é sempre uma palavra por outra, ele existe nas relações de metáfora (transferência) acontecendo nas formações discursivas que são seu lugar histórico provisório” (ORLANDI, 2005, p.11).

Ademais, esta pesquisa se insere na chamada psicanálise extramuros ou em extensão em razão de abordar problemáticas relativas a fenômenos sociais e políticos fora do contexto de tratamento (ROSA & DOMINGUES, 2010), através de procedimentos técnicos que incluem pesquisas bibliográficas e levantamentos acerca da temática dos sonhos e dos efeitos da impossibilidade do luto no período pandêmico. Como apontam os autores, a escuta psicanalítica dar-se-á no campo inconsciente, uma vez que ele se faz presente em diversas

manifestações humanas e, portanto, contextos não clínicos podem se fazer valer dessa estratégia.

Baseando-se nesses preceitos, a pesquisa se definiu a partir do seguinte processo metodológico. Para o cumprimento do objetivo (i), de “analisar o discurso do Estado suicidário e seus efeitos para o processo simbolização do trauma das mortes por COVID-19”, foi realizado um levantamento e categorização de falas promovidas pelo governo de Jair Messias Bolsonaro. O site “Aos Fatos”<sup>1</sup> (AOS FATOS, 2022) foi utilizado com base de dados para esse levantamento, por manter uma relação atualizada das declarações já feitas pelo Presidente da República desde sua posse, em 2019.

Para organização do material, se recorreu a uma estratégia característica de metodologias de análise de conteúdo, como a proposta por Bardin (2011), pautada na categorização dos dados a partir de suas relações, frequências e co-ocorrências dentro do discurso. Em seguida, todas as falas analisado em consonância com os princípios metodológicos da análise de discurso, na medida em que esta privilegia as articulações discursivas, ao invés do conteúdo propriamente dito, a atenção à materialidade linguística e ao nível significativo em que o discurso se estrutura, ao invés dos significados ocultos que nele se insinua. (ORLANDI, 2005).

Por fim, destaca-se que, mais do que pela fidelidade irrestrita a uma outra metodologia, a adoção dos procedimentos pautou-se pela necessidade de dar lugar à variedade e heterogeneidade dos materiais coletados e, finalmente, pela exigência de se adequar o planejamento metodológico à plasticidade dos conteúdos inconscientes sobre os quais se funda a pesquisa psicanalítica.

Como resultado deste processo, foram eleitas seis categorias descritivas, que orientaram as discussões a partir dos referenciais psicanalíticos e dos estudos acerca do campo psicopolítico. São elas: (1) Banalização da morte; (2) Descredibilização das instituições de saúde; (3) Responsabilização do indivíduo; (4) Promoção de soluções ineficazes; (5) Disseminação de fake news; e (6) Desresponsabilização do Estado. Por fim, essas categorias

---

<sup>1</sup> O “Aos Fatos” é um site jornalístico independente, criado em Julho de 2015, com o objetivo de verificar o que é falso e o que é real em discursos políticos. A plataforma é de acesso público e gratuito, sendo especializada no combate à desinformação.

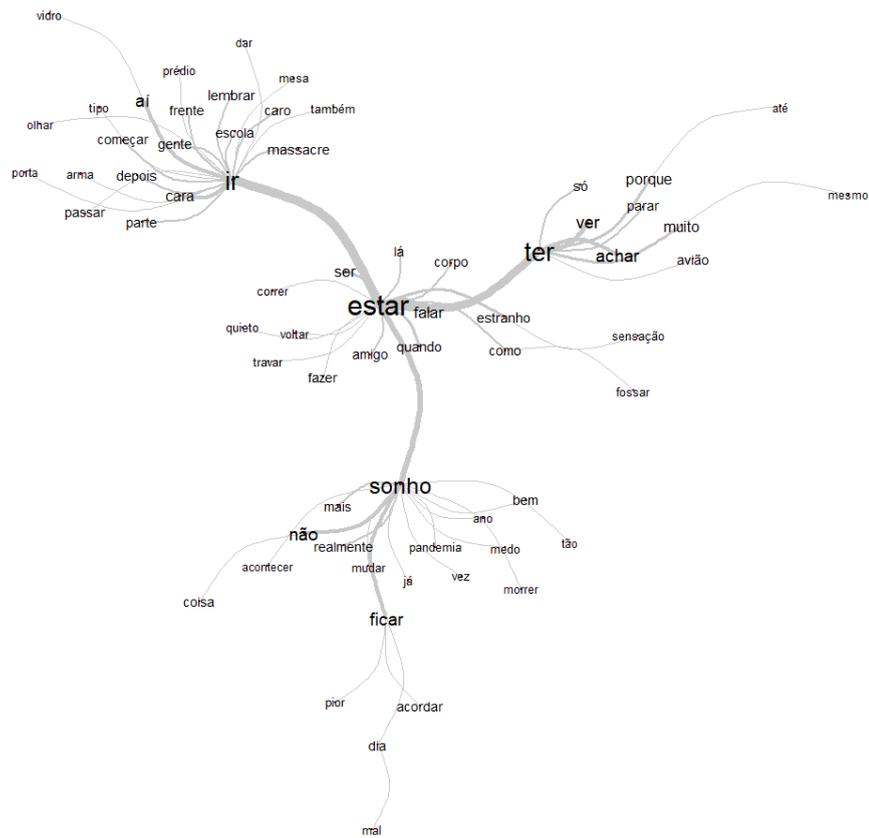
foram organizadas e dispostas na Tabela 2, onde analisou-se a frequência em que cada elemento categorizado se apresentou a fim de orientar nossa discussão.

Em seguida, para o cumprimento dos objetivos (i) e (ii), a saber “investigar os efeitos das ações do Estado frente à crise pandêmica nas subjetividades brasileiras” e “identificar os rituais concernentes à morte durante a pandemia e seus impactos nas subjetividades contemporâneas”, optou-se pela realização de entrevistas individuais sobre sonhos ocorridos durante a pandemia. Esse eixo se desdobrou nos seguintes procedimentos: (a) coleta de sonhos ocorridos durante o período pandêmico; (b) leitura e seleção dos sonhos para a segunda etapa, de realização das entrevistas; (c) condução das entrevistas individuais e semi-estruturadas com os sonhadores, provocando uma associação livre acerca dos elementos trazidos na descrição do sonho; (d) análise dos dados obtidos através do software IRaMuTeq; (e) interpretação dos sonhos a partir da análise conjuntural dos dados obtidos.

A amostra dos participantes foi recrutada por conveniência de forma remota, através de grupos de divulgações de pesquisas, fóruns abertos e redes sociais por intermédio de um formulário do Google Forms, cuja cópia consta como Anexo B. As entrevistas individuais, propostas na etapa (iii), se mostraram essenciais por estarem calcadas no pressuposto psicanalítico de que a singularidade subjetiva é indispensável para a interpretação ética dos conteúdos oníricos. Ao associar sobre o que sonhou, o sujeito desdobra novos sentidos que permitem aprofundar e contextualizar suas manifestações oníricas (FREUD, 1900/2019). Estudos recentes dispuseram de uma metodologia similar e encontraram resultados profícuos, relatando que as sessões associativas posteriores ao relato dos sonhos contribuíram para o aprofundamento analítico sobre os sentidos singulares dos sonhos (DUNKER ET AL., 2021).

Ademais, estas etapas contaram com 69 sonhos submetidos, dentre os quais 17 foram selecionados para as entrevistas individuais com os sonhadores. O critério de seleção de sonhos para essa etapa foram: (i) a riqueza do relato sobre o sonho, priorizando as submissões com maior número de elementos e associações; (ii) o período de ocorrência do sonho, que deve ter sido durante o período pandêmico; (iii) a presença de elementos associados ao contexto pandêmico, tais como máscaras, álcool em gel, ambientes hospitalares, mortes, isolamento, vacina, etc. Foram contactados 17 sonhadores para a





Fonte: IRaMuTeQ, 2022.

Os dados coletados na entrevistas e matizados a partir do IramuTeQ foram analisados à luz de algumas categorias oníricas privilegiadas para a abordagem teórica eleita pelo projeto, isto é, a psicanálise. Todas as categorias eleitas foram baseadas nas revisões bibliográficas que foram realizadas no decorrer da pesquisa, especialmente referenciadas por Freud (1900/2019), em seus ensaios sobre a vida onírica, e por Dunker et al. (2021), em uma pesquisa qualitativa também sobre a temática onírica cuja metodologia se assemelha à aplicada neste projeto. Um breve resumo descritivo das categorias eleitas consta na Tabela 1.

**Tabela 1** - Descrição das categorias analíticas aplicadas aos sonhos coletados, após a realização das entrevistas.

<b>Categoria analítica</b>	<b>Descrição</b>
Análise preliminar	Apresentação de um panorama geral de percepções sobre os sonhos e a entrevista, incluindo elementos/temáticas que mais se sobressaíram e seus exemplos, bem como as principais associações feitas e a contextualização da vida do(a) sonhador(a).
Elementos repetidos	Identificação de elementos que se repetem nas narrativas sobre os sonhos (figuras, significantes, cenários, personagens, situações, etc).
Temáticas identificadas	Agrupamento dos elementos repetidos nos sonhos e de outros pontos relevantes por temáticas. Essa seção busca agrupar a anterior em categorias mais amplas.
Estranhezas/ infamiliaridades	Identificação dos pontos que causaram estranheza ou infamiliaridade no sonho para o sonhador, incluindo também elementos que se destacaram durante a entrevista.
Condições de condensação e deslocamento	Descrição interpretativa de todos os conteúdos condensados/deslocados que foram identificados no decorrer da entrevista. Inclusão de todas as associações feitas pelo sonhador e apresentação dos outros elementos nos sonhos que apontam para as possíveis metáforas/metonímias presentes nos mesmos. Visto que os processos de condensação e deslocamento operam cifrando a narrativa onírica, essa categoria tenta de inverter o processo de formação onírica, destrinchando os elementos e desconstruindo as cenas através das informações do dados sobre o sonhador + associações livres apresentadas + contexto da ocorrência do sonho + dados da entrevista.
Condições de figurabilidade	Indicação das qualidades das imagens sonhadas. Essa categoria inclui a cor, a mobilidade, as nuances e qualidades gráficas das cenas, bem como detalhes dos cenários, quaisquer alterações nas texturas percebidas ou percepções mnemônicas emergentes no sonhador no decorrer do sonho ou do seu relato.
Análise de foco narrativo	Descrição do sonho com foco na perspectiva do narrador, isto é, descrevendo a situação onírica inicial, o cenário e os personagens presentes na narrativa. Foram descritos também os conflitos presentes e mudanças de perspectivas percebidas pelo sonhador no decorrer do sonho.
Elementos associados	Inclusão de imagens e descrições de elementos que surgiram durante as associações. Quando possível, foram adicionados links e imagens descritivas sobre o que foi relatado para facilitar a compreensão.

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em Freud (1900/2019) e Dunker et. al (2021).

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

À luz dos objetivos propostos nesta pesquisa, nossa discussão se desdobra em dois eixos principais. O primeiro eixo analítico, denominado de “Necropolítica à brasileira”, conduzimos uma análise discursiva das falas públicas de Jair Messias Bolsonaro ao longo da pandemia de Covid-19, a partir da categorização dos dispositivos necrogovernamentais identificados em seu discurso.

A definição de dispositivos necrogovernamentais, aqui, está em acordo com a referência de Franco (2021, p. 25), que os conceitua como “um conjunto multiforme de práticas saberes, instituições, agentes, discursos, tecnologias e regulamentações que se encarregam de gerir os corpos mortos, para, assim, governar os vivos”. Essa análise tem como objetivo apresentar alguns dos dispositivos que se atravessam a experiência do luto e do trauma que se instaurou com o irrompimento de uma crise social, econômica, sanitária e política no Brasil durante os dois primeiros anos da pandemia.

No segundo eixo, “Sonhos em um Estado suicidário”, nos dedicamos à interpretação dos sonhos submetidos a partir de duas categorias centralmente identificadas nas análises: (i) os sonhos relacionados a temporalidade e (ii) os sonhos de angústia. Os trechos analisados discorrem acerca de conceitos psicanalíticos e necropolíticos, em interlocução com as argumentações apresentadas até então.

#### **4.1 Necropolítica à brasileira: discurso e estratégias necrogovernamentais identificadas no decorrer da pandemia de Covid-19**

Apresentamos, na Tabela 2, a frequência de cada categoria destacada nas entrevistas e pronunciamentos analisados. No início de cada discussão, serão evidenciados trechos das falas que ilustram o discurso retratado nas categorias definidas.

**Tabela 2** - Categorização e frequência das declarações feitas por Jair Messias Bolsonaro entre março de 2020 e junho de 2022.

<b>Categorias</b>	<b>Frequência</b>
Banalização da morte	193
Descrédibilização das instituições sanitárias e de saúde	47
Sobrerresponsabilização do indivíduo	55
Promoção de soluções ineficazes	96
Disseminação de fake news	178
Desresponsabilização do Estado	211

Fonte: Site Aos Fatos, 2022.

#### ***Banalização da morte***

A categoria “Banalização da morte” (193) contempla as falas presidenciais cujo conteúdo ilustrou a naturalização dos óbitos ocorridos durante a pandemia de Covid-19. Seguem alguns exemplos. Ainda em março de 2020, quando o Brasil registrava 93 óbitos pela

doença, Bolsonaro foi a público declarar: “Alguns vão morrer? Vão, ué, lamento. Essa é a vida. Todos nós iremos morrer algum dia”. Meses depois, quando se alcançou o marco de 31 mil mortos, a retórica era a mesma: “a gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo”. E em novembro de 2021 - momento em que já haviam mais de 162 mil pessoas falecidas em decorrência do vírus, - disse que: “Agora tudo é pandemia [...] Lamento os mortos, lamento. Todos nós vamos morrer um dia; aqui, todo mundo vai morrer um dia. Não adianta fugir disso, fugir da realidade.” Entre março de 2020 e junho de 2022, foram 193 pronunciamentos similares a esses em conteúdo e estrutura feitos publicamente pelo principal gestor do Estado.

A banalização da morte como parte da gestão necrogovernamental já foi anteriormente descrita, por Safatle (2020) e Franco (2021), como uma estratégia que opera a partir da abstração da ideia de morte a partir de uma lógica equiparativa: no caso, a de que todos estamos destinados ao mesmo fim, independentemente do vírus. O que essa lógica oculta, nesse contexto, são as circunstâncias específicas e, por vezes, evitáveis, em que as mortes por Covid-19 se sucederam, enquanto resultados da má gestão de recursos no combate da pandemia, da falta de adesão aos protocolos estabelecidos pelas entidades de saúde internacionais, e da agência negligente do Estado para com a saúde pública coletiva.

Os 676 mil óbitos pela infecção de Covid-19 dos quais o Presidente supostamente se lamenta, nesse sentido, ficam diluídos no discurso da morte como um fenômeno genérico e universal. Essa dinâmica, segundo Franco (2021), remete ao que nos ensinou Adorno (1946/2015) em o *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*:

A concepção igualitária da morte disseminada por esse tipo de ditado pertence a um recurso já bastante reconhecido da psicologia autoritária, que consiste na substituição da lógica discursiva pela lógica discursiva pela repetição estereotipada de crenças comuns com o propósito de estabelecer uma ‘similaridade estrutural geral’ entre os seguidores e líderes, ‘em vez de dirigir à audiência quaisquer ideias ou emoções que não fossem dos próprios seguidores desde o começo’. (FRANCO, 2021, p. 137).

Ademais, expressões como “é o destino de todos”, “paciência”, e “não adiantar fugir da realidade”, frequentemente empregadas pelo Presidente em suas falas, também parecem alheias à especificidade contextual em que os óbitos vieram a acontecer. São essas tonalidades de resignação e indiferença, identificadas em seus discursos, que parecem

corroborar para uma espécie de forclusão<sup>2</sup> das experiências sociais de trauma, tristeza, angústia e incerteza essencialmente presentes no curso do luto e, conseqüentemente, no processo de reparação frente às vidas perdidas.

Nesse sentido, o alastramento de alguns afetos sociais, como o medo e a melancolia, durante a crise pandêmica, não refletem meramente as conseqüências práticas do impacto traumático das mortes coletivas, mas também o resultado de uma agenda política que, como descreveu Safatle (2021, p. 153), “visa fazer da morte o cerne da paralisia social”.

Essa estratégia, como discute Safatle (2021), também remete a outros momentos da história brasileira, resgatando e atualizando dispositivos já muito enraizados na dinâmica de nosso território, como os utilizados pela colonização e pela ditadura militar. Tanto o colonialismo quanto a ditadura conduziram nuclearmente a agenda da “sujeição pela gestão do desaparecimento e da morte” (SAFATLE, 2021, p. 152), através de práticas como o silenciamento sistemático de vítimas e suas famílias, as negligências institucionais a determinados nichos populacionais, as técnicas repressivas à comoção e mobilização social, bem como o discurso naturalizador dos óbitos e da violência Estatal.

A forma como o sistema necropolítico operou, com vistas à invisibilização das mortes ocorridas por ação ou omissão do Estado, também encontra-se alinhada a esses princípios. Em junho de 2020, quando o Brasil se aproximava do número de 35 mil mortes, o Ministério da Saúde, auxiliado pela Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), modificou sua política de divulgação de dados acerca da Covid-19 no país. Os boletins diários, que antes informavam “o total de casos confirmados, os casos em acompanhamento, o total de pessoas recuperadas da doença, o total de óbitos confirmados e as mortes sob investigação”, foram interrompidos, dando lugar o Placar da Vida, que contabilizava apenas o quantitativo de pessoas infectadas, curadas e em recuperação (UOL, 2020).

A interrupção da divulgação do número de mortes aconteceu, segundo justificativa do Presidente, porque o acúmulo dos dados “além de não indicar que a maior parcela já não

---

<sup>2</sup> No ensino lacanianiano, a forclusão - *Verwerfung* - atua no psiquismo expulsando (forcluindo) do registro simbólico as experiências ligadas à indeterminação, aos impasses identitários, à falta, ou a outras qualidades que remetem à incompletude ou a castração. (LACAN, 1955-1956/2010).

está mais com a doença, não retratam o momento do país”. À época, no caso, a média diária de mortes ultrapassava as 1.000 pessoas. O horário da divulgação dos dados também passou das 19h para as 22h, após o horário de maior audiência televisiva. De acordo com Franco (2021, p. 146), a campanha realizada pela pasta da Saúde durante a pandemia “tratou de amplificar as estratégias de desrealização das mortes, valendo-se, para tanto, da ênfase no número de pacientes restabelecidos”, ao passo de que o Presidente engendrava a ideia de que haveria uma “supernotificação de óbitos” pela Covid.

Meses depois, quando o Brasil alcançou o marco de 3.000 pessoas mortas em um mesmo dia pela doença, o Ministério da Saúde alterou vários dos campos do sistema de notificação de óbitos por Covid. Passou a exigir obrigatoriamente o CPF, número do cartão do SUS, a declaração de estangeiro e a se o paciente havia se vacinado contra o vírus ou não. Sem essas informações, o sistema não permitia a submissão da notificação pelo óbito, o que gerou um atraso significativo na atualização dos número corretos por parte dos estados e municípios. Vale salientar, ainda, que a mudança não foi informada às secretarias de saúde e gerou uma instabilidade no sistema, o que também contribuiu para a burocratização e retardação da confirmação de novos óbitos (UOL, 2020).

Essa mudança foi recebida com forte crítica pela sociedade, o que levou o Estado a recuar e voltar atrás em relação a tais alterações. A mudança no Placar da Vida também foi feita, após decisão do STF que obrigou o Ministério da Saúde a retomar o formato tradicional de divulgação de dados sobre a pandemia no país (UOL, 2020). A articulação dos “processos de desrealização das mortes” às “rotinas institucionais regulares e extraordinárias” como nos casos descritos, contribuiu com as dificuldades de preenchimento de documentos, facilitou a omissão de dados de saúde e fomentou a desconfiança nos processos burocráticos entre os municípios e o governo federal, o que, em último efeito, culminou no fenômeno de subnotificação de óbitos por Covid-19. As subnotificações, segundo Franco (2021):

São tributárias da deficiência das políticas de testagem, das dificuldades de acesso à assistência de saúde, da indisponibilidade de exames laboratoriais e das orientações para a não realização de necropsias invasivas no caso de mortes suspeitas, por exigirem equipamentos altamente tecnológicos quase nunca acessíveis nos IML e Serviços de Verificação de Óbito (SVO) dos estados ou mais tempo e pessoal para proceder com a autópsia verbal proposta pela Organização Mundial da Saúde. (FRANCO, 2021, p. 147).

Essa configuração ganha contornos ainda mais problemáticos quando pensada em conjunto com a postura desimplicada do Estado<sup>3</sup> e as escolhas de ação e omissão que foram feitas no decorrer da crise sanitária, que igualmente contribuíram para o colapso da “estrutura institucional responsável pela realização de exames necroscópicos e atestação de óbitos” (FRANCO, 2021, p. 148). A consequência última dessa dinâmica tornou-se, conseqüentemente, centenas de milhares de cadáveres mortos por “causa indeterminada”, suspensos em uma zona desqualificada de estatísticas e dados oficiais. E é fato que parte significativa das mortes ocorridas por Covid-19 jamais serão reconhecidas por quaisquer estatísticas oficiais.

Aqui, o caráter necropolítico da estratégia de banalização de mortes também se destaca em sua dimensão de generalização da destrutividade, como o retrato de um Estado que ataca a si e a seus apoiadores vertiginosamente, numa rota autodestrutiva. Para que esse ímpeto destrutivo se concretize sem impulsionar uma revolução, faz-se necessário o desinvestimento afetivo em processos de comoção social frente às mortes, bem como uma forma de falsear as narrativas que surgem a partir dessas mortes em seus processos de luto (SAFATLE, 2020).

Dessa forma, pôde-se identificar que as tonalidades discursivas de generalização, indiferença e resignação diante da inelutabilidade dos óbitos ocorridos durante a pandemia de Covid-19, pelo Estado, estão em consonância com estratégias necrogovernamentais, atualizadas e tensionadas em sua aplicação no decorrer do cenário mais crítico da pandemia.

Se, como sustenta Dunker (2015, p. 37), são os “atos de reconhecimento ou de desconhecimento” que “transformam a experiência real do sofrimento”, as possibilidades de produção de sentido e de comoção social diante das mortes ocorridas na pandemia estiveram sujeitas aos efeitos de discursos homogeneizantes e invisibilizadores, como os propagados pelo Presidente.

### ***Descredibilização das instituições sanitárias e de saúde***

---

<sup>3</sup> Mais detalhamentos quanto aos efeitos da desimplicação do Estado constam na descrição da categoria “Desresponsabilização do Estado”.

Na categoria "Descrédibilização das instituições de saúde" (47<sup>4</sup>) reunimos as falas do Presidente que desqualificaram sistematicamente dados, indicadores epidemiológicos e instruções sanitárias nacionais e internacionais, tais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Conselho Nacional de Saúde (CNS), e a Anvisa. Essa estratégia operou por meio da desqualificação do trabalho e dos saberes científicos, fomentando sutilmente o descrédito e a desconfiança da sociedade civil acerca das informações divulgadas pelos sistemas de saúde e da vigilância sanitária. Foram feitas, ao todo, 47 declarações desse tipo ao longo dos anos de 2020 e 2021, e meados de 2022.

Dentre as falas mais frequentes do Presidente, destacam-se os ataques feitos à OMS, em especial no que tange à utilização das máscaras em espaços públicos, ao lockdown e à obrigatoriedade da vacina. Numa tentativa de descrédibilização, ainda em 2020, Bolsonaro questionou publicamente acerca da especialidade do diretor-Presidente da instituição: "O diretor da OMS é médico? Não é médico.", e, no mesmo dia, declarou estar sendo acusado injustamente de genocídio "por ter defendido uma tese diferente" da proposta pela organização.

Bolsonaro também promoveu o descrédito a essas instituições adotando uma espécie de "inversão tática" em seu discurso (Franco, 2021). Enquanto os dados da realidade eram apresentados como resultados "históricos" (ou "terroristas", como chegou a qualificar algumas vezes) de um alarmismo das instituições de saúde internacionais, as declarações feitas pelo Presidente, como de que a Covid-19 seria "uma gripezinha", ou a de que "ninguém pode obrigar ninguém a tomar vacina", foram anunciadas como as únicas fidedignas do retrato pandêmico no Brasil.

Elegendo diversas vezes o imperativo da liberdade acima de qualquer pacto pela saúde coletiva, Bolsonaro criticou, ainda, a gestão dos governadores quanto ao seguimento dos protocolos sanitários recomendados pela OMS e pelo CNS. Em junho de 2021, diante dos decretos provisórios de lockdown implementados em alguns estados, o Presidente taxou como "ditatorial" a medida provisória assinada pelos governadores: "Quando vamos no artigo 5º da Constituição, que é o artigo das cláusulas pétreas, entre as dezenas de incisos, encontramos o direito ao trabalho. Coisa que o governador retirou de vocês quando fechou

---

<sup>4</sup> O número à frente do nome da categoria refere-se à frequência com que apareceram nas declarações coletadas, tal como referenciado na Tabela 2, apresentada no início desta seção de "Resultados e Discussão".

tudo. O direito de ir e vir. Quando o governador, que se diz democrata, mas é um ditador, decretou toque de recolher.”.

Em agosto do mesmo ano, os governadores que ainda aderiam ao lockdown também foram citados por ele por terem “de forma irresponsável, estuprado todos os incisos do artigo 5º da Constituição”, que institui, entre outros, os direitos e garantias individuais, como o de ir e vir. A narrativa de que a adesão às medidas promovidas pelas instituições internacionais de saúde seriam “uma amostra do que é o comunismo e quem são os protótipos de ditadores”, como dito pelo próprio Presidente em 12 de março de 2021, serviu para friccionar as suspeitas acerca dos normativos sanitários e das orientações fornecidas por essas entidades, ao passo de que também fomentou o descumprimento dessas orientações em nome de uma pretensa liberdade individual.

Em última análise, essa estratégia necrogovernamental se alinha ao que Roque (2021) definiu como a crise dos experts: fruto de uma proliferação de falsas controvérsias e de teorias conspiratórias que buscam contestar o conhecimento científico em prol da opinião pessoal. No contexto brasileiro, essa crise parece ter sido acompanhada pela narrativa de uma defesa categórica do retorno às atividades presenciais, como forma de manutenção da economia nacional, em contraposição às políticas de isolamento social recomendadas pela OMS, que, por sua vez, teve sua confiabilidade contestada múltiplas vezes no discurso do Presidente.

### ***Sobrerresponsabilização do indivíduo***

Na categoria “Sobrerresponsabilização do indivíduo” (55) agrupamos as declarações que atribuíssem unicamente aos sujeitos a responsabilidade por seu próprio cuidado ao longo do período pandêmico. Declarações como as feitas pelo Presidente em março de 2020, de que “a primeira pessoa que tem que se preocupar com o grupo de risco é você, que tem o pai, a mãe e o avô dentro de casa. Não é esperar que o governo faça alguma coisa”, denota uma desresponsabilização<sup>5</sup> do Estado que se desdobra na convocação da sociedade privada para exercer sua “liberdade de escolha” diante dos cuidados necessários em função da Covid-19.

---

<sup>5</sup> Ver mais na seção “Desresponsabilização do Estado”, nesse mesmo capítulo.

A ideia de que os cuidados básicos recomendados pela OMS, - como o distanciamento social, o uso de máscaras e a vacinação, - estariam a cargo de uma escolha individual, como diversas vezes mencionou o Presidente, não apenas dificultou a gestão da saúde pública em meio à crise sanitária, ao instaurar uma lógica de “cada um por si”, como também corroborou para o desamparo de milhares de famílias em seus processos de luto. No auge da pandemia, como descreveu Franco (2021):

Uma massa de brasileiros largados à própria sorte morria de Covid-19 [...]. Sustentando nos próprios ombros o fardo do adoecimento e da morte de familiares, mães e pais, filhos e filhas, irmãs e irmãos precisaram transportar pacientes em estado gravíssimo em táxis pagos com vaquinhas comunitárias, improvisar áreas de isolamento de cadáveres em habitações precárias, chorar diante de sepulturas coletivas abertas às pressas por funcionários cansados e precarizados, nos cemitérios de massa do Brasil a fora. (FRANCO, 2021, p. 141).

Ao dizer que “ninguém pode obrigar ninguém a tomar vacina”, Bolsonaro endossou a liberdade e a individualidade em detrimento do pacto coletivo e do cuidado mútuo, o que inevitavelmente teve efeitos sobre a forma com que o Estado conduziu (ou deixou de conduzir) suas políticas públicas voltadas aos cuidados da população. Aqui também reside um componente central da ideologia necropolítica: a do sujeito “coisificado” - isto é, a de um sujeito degradado à condição de ‘coisa’, cuja morte se dá sem dolo, sem narrativa, sem luto apropriado. (SAFATLE, 2020).

Se “muito maior que a vida é a nossa própria liberdade”, como afirmou o Presidente em 7 de Maio de 2020, o valor “liberdade” passa a operar como uma espécie de propriedade do eu sobre si mesmo, de modo que o uso de máscaras, o isolamento social e a adesão aos protocolos sanitários não podem ser pensados fora do espectro de consentimento do indivíduo livre. Como propõe Safatle (2020), esse imperativo de liberdade poderia ser contra argumentado a partir da lógica de que “o exercício do meu livre arbítrio deve estar atrelado ao respeito pelo risco à vida dos outros”, no entanto:

Sempre haverá os que perguntarão (e, novamente, com certa consistência): mas quem decide quais são os ‘riscos relevantes’ aos outros? Porque devo admitir que o estado ou cientistas que se colocam como sábios oraculares decidiram o que é ‘risco relevante’? Ou seja, quem tem autoridade reconhecida para definir o que afeta meu corpo sem que eu

mesmo tenha consentido em reconhecer tal autoridade?  
(SAFATLE, 2020, p. 13).

Em última instância, a generalização desse argumento caminha para a revelação de que a percepção da sociedade civil é a de que as instituições estatais e as “macroestruturas de proteção social” estão em decadência, de modo que a solução possível seria a migração de suas responsabilidades e ações para o nível das microestruturas, como as famílias e os indivíduos. (SAFATLE, 2020).

Por fim, a sobrerresponsabilização dos indivíduos é congruente com o ocultamento do modo radicalmente diferente com que a pandemia afetou a população, de acordo com sua classe social e grupo étnico de seus sujeitos. Já sabemos, hoje, que a maior parte das mortes oriundas da infecção do vírus se concentrou em classes sociais mais baixas e em grupos étnicos de pessoas autodeclaradas negras e pardas. (DA CONCEIÇÃO SILVA, DE MORAIS & DOS SANTOS, 2020). Como discute Safatle (2020), essa dinâmica também perpetua uma forma de:

Guerra civil não declarada, através da qual aqueles submetidos à espoliação econômica máxima e às condições mais degradadas de trabalho e remuneração são paralisados em sua força de revolta pela generalização do medo diante do extermínio do Estado. (SAFATLE, 2020, p.3)

Em suma, trata-se de uma estratégia que fomenta “investimentos libidinais em processos nos quais os indivíduos claramente investem contra seus interesses imediatos de autopreservação” (SAFATLE, 2020, p.7). Ao desamparar a sociedade civil em suas necessidades básicas, como a saúde pública, em prol da lógica liberal da individualidade e “liberdade acima de tudo”, a postura do Estado corroborou para deixar sua população relegada à própria sorte em sua sobrevivência, em um contexto de miséria e desamparo produzido por essa mesma lógica.

### ***Promoção de soluções ineficazes***

Dentro da categoria “Promoção de soluções ineficazes” (96), reunimos as falas de Jair Bolsonaro que promoveram soluções comprovadamente ineficazes no combate ao coronavírus. Destacamos como temática guarda-chuva, dentro desse agrupamento, o tratamento precoce envolvendo as medicações “Hidroxicloroquina”, “Ivermectina” e

“Azitromicina”. Foram, ao todo, 96 declarações desse tipo, do início da pandemia até julho de 2022.

De acordo com o Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia<sup>6</sup>, responsável por investigar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Brasil, o tratamento precoce foi definido como:

A utilização de um ou mais medicamentos para o tratamento da covid-19 após a existência de um diagnóstico suspeito ou confirmado. Dentre os fármacos que fazem parte desse chamado kit-covid, os mais conhecidos são a cloroquina, a hidroxiclороquina, a ivermectina e a azitromicina. Esse não é um rol fechado porque, a depender de quem se expressa, podem ser incluídos a flutamida, proxalutamida, colchicina, spray nasal, bem como vitaminas diversas e suplementos alimentares. (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA PANDEMIA, 2021, p. 59).

Sabemos, em acordo com a OMS e com inúmeros estudos científicos conduzidos no decorrer da pandemia, que o tratamento precoce contra o vírus, definido aqui como o protocolo medicamentoso utilizado nos dias iniciais de contágio da Covid-19, é cientificamente ineficaz. (SOUZA, 2021; CAPONI, 2021; TORRES ET AL., 2022). Quais seriam, então, as possíveis estratégias presentes na insistência em sua eficácia por parte do Estado?

A mais dolosa delas parece estar ligada à hipótese sustentada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, de que o Estado brasileiro incitou sua população ao contágio em uma tentativa de se obter uma “imunidade de rebanho”. Segundo Sússekind (2021):

O termo “imunidade de rebanho”, que designa a ideia de que, quando um número suficientemente elevado de pessoas supera uma doença, sua transmissão é interrompida – isto é, a cada paciente que desenvolve os anticorpos contra a doença, ter-se-ia um número menor de pessoas suscetíveis a serem infectadas, dando fim ao surto (SÜSSEKIND, 2021, p. 51)

Alguns outros países, como o Reino Unido, chegaram a cogitar essa tese para a condução de seus planos de enfrentamento da pandemia, mas recuaram quando os especialistas começaram a apontar o evidente morticínio que seria fruto de um alastramento descontrolado de um vírus com tamanho potencial letal em seus territórios. No Brasil, no entanto, o Estado sustentou a tese do tratamento precoce como solução para os contágios e

---

<sup>6</sup> Instituída pelos Requerimentos nº 1.371 e 1.372, de 2021.

incentivou a população ao retorno presencial às suas atividades. “O vírus é uma coisa que 60% ou 70% vai ter. Não adianta fugir disso.” insistiu o Presidente em Abril de 2020. No Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, constam indícios de que:

O governo federal estava alinhado com a ideia da imunidade de rebanho por contaminação natural, não só em época que não se sabia sobre agressividade do vírus, como depois que se verificou que estávamos diante de uma doença para a qual não havia vacina ou tratamento, ou seja, com alto poder de letalidade. (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA PANDEMIA, 2021, p. 57).

E, ainda, a constatação de que:

O Presidente da República chegou a defender, perante todo o mundo, o tratamento precoce e seu uso *off-label* em discurso na ONU em 21 de setembro de 2021, quando o conhecimento científico já era suficiente para afirmar a ineficácia desses medicamentos para a Covid. (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA PANDEMIA, 2021, p. 142).

Em uma de suas lives semanais, após anunciar que ele mesmo havia sido adepto do tratamento precoce quando havia contraído a Covid-19, o Presidente sugeriu aos que assistiam que procurassem seus médicos solicitando esse protocolo, e “se ele achar que tá errado, procure outro médico.” Essa comunicação tem um efeito duplamente perigoso, tanto por exaltar um tratamento comprovadamente ineficaz para o vírus, quanto por estimular diretamente o paciente, sem conhecimentos técnicos, a exigir este protocolo medicamentoso ao seu médico.

O discurso promovido pelo Presidente, de que “muita gente tomou [Hidroxicloroquina] e se safou”, não tinha como propósito apresentar uma solução (ainda que paliativa) para a infecção por Covid, mas uma resposta ao medo da população de se expor ao vírus. A promoção de soluções ineficazes, nesse sentido, demonstra ter tido como objetivo mascarar a falta de controle sobre a pandemia, arrefecer os ânimos sociais diante do medo de contágio e ofertar uma solução que viabilizasse o retorno imediato às atividades de trabalho presenciais, com o objetivo último de não prejudicar a economia da país.

### ***Disseminação de fake news***

A categoria “Disseminação de fake news” (178) reúne as *fake news* veiculadas pelo Presidente do início da pandemia até meados de Julho de 2022. Para essa discussão, nos

apoiamos na definição de *fake news* proposta por Allcott & Gentzkow (2017), que as conceituam como quaisquer comunicações de notícias, textos ou materiais gráficos, verbais ou escritos cuja fonte é intencionalmente e verificadamente falsa, com o intuito de deliberadamente enganar o receptor da mensagem. No total, foram mais de 178 *fake news* proclamadas e/ou escritas virtualmente (via redes sociais como Twitter e Facebook) pelo Presidente da República no decorrer da pandemia, sendo essa a terceira categoria mais frequente dentre as analisadas.

O conteúdo das informações falsas identificadas, no entanto, foram variados. Nos primeiros meses da chegada do vírus ao país, o presidente por 4 vezes afirmou que o vírus não se propagava em climas tropicais como o do Brasil, e por 9 vezes disse também que aproximadamente 80% da população não sentiria nenhum sintoma caso fosse infectada. Quando as políticas de quarentena começaram a serem adotadas em outros países, o presidente insistiu que “o lockdown não deu certo em nenhum lugar do mundo”, e, posteriormente a outras 47 declarações similares, já em 2022, disse que haveriam “estudos recentes que mostram que o lockdown não ajuda a salvar vidas”.

Segundo o Presidente, em setembro de 2020, o Brasil estava “praticamente vencendo a pandemia”, antes mesmo da segunda onda, que já era prevista por autoridades internacionais de saúde como a OMS (EL PAÍS, 2020). Já no início de 2021, disse em uma de suas lives que “um dos efeitos colaterais da pandemia já era o suicídio” e, pouco tempo depois, em outra live, que os governadores que decretaram períodos de lockdown em seus estados frente à alta de casos, “estupraram todos os incisos do artigo 5º da Constituição” ao cercear a liberdade de circulação da população.

Durante esse período, a apuração realizada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia reuniu evidências de que:

- (i) a omissão do governo federal na conscientização da população acerca da pandemia; (ii) a participação efetiva do presidente da República, seus filhos e o primeiro escalão do governo na criação e disseminação das informações falsas; (iii) o uso da estrutura governamental para promover essas declarações do presidente; (iv) suporte a comunicadores que propagam notícias e informações falsas sobre covid-19. (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA PANDEMIA, 2021, p. 664).

A existência dessa “estrutura governamental” dedicada à disseminação de *fake news* é, aqui, retrato de uma atualização do dispositivo necrogovernamental, que, em terrenos virtuais, encontrou formas de gerir as massas em suas formas de discernir e localizar politicamente o contexto das mortes que aconteciam sob a vigilância do Estado.

As *fake news* operam no tecido social, como levantaram Miranda e Caldas (2017), justamente pelo falseamento da realidade através de um uso específico da linguagem com vistas à enganação do leitor ou ouvinte. Mas não são exatamente uma mentira. A diferença entre os efeitos de uma mentira e os de uma *fake news*, à luz da teoria psicanalítica, é que:

Na lógica da psicanálise não se trata de verdadeiro ou falso, mas sim que, da mentira, alguma verdade sobre a posição do sujeito diante do desejo do Outro se constrói. Nas *fake news* não se trata de uma verdade produzida pelo sujeito, mas de outro uso da linguagem. Seus efeitos são ouvidos e vistos nas ameaças aos sistemas democráticos, pois o pânico produzido pelas falsas notícias que abrem um horizonte de descrença total (não se tem em que confiar), alimenta a paranoia do eu e contribui para fomentar o ódio. (MIRANDA & CALDAS, 2021, p. 567).

A disseminação de notícias falsas gera, conseqüentemente, um agravamento do sentimento de insegurança e desconfiança no coletivo, que, no governo de Bolsonaro, parecem ter sido afetos orientados ao engajamento ao discurso negacionista frente à pandemia. Discurso esse que se faz numa produção fraturada da realidade, como saída para um afeto produzido por ele mesmo:

O paradoxo das *fake news* é que, à medida que engendram o retorno de um sentimento de desamparo, um não podemos “crer em nada”, também constroem como saída o restabelecimento da ordem tradicional na imposição de normas totalitárias e autoritárias. Restabelecimento este que se dá pela crença numa verdade supostamente estabelecida, natural, inata, como, por exemplo, a identidade sexual, a família tradicional, ou uma verdade divina incorporada nas palavras de Deus, como temos visto no triunfal retorno da religião. (MIRANDA & CALDAS, 2021, p. 568).

A CPI da Pandemia comprovou, no decorrer de sua investigação, que as informações falsas sendo disseminadas pelo governo federal “ampliaram os riscos de contaminação das pessoas, levarem à sobrecarga do sistema de saúde e, lamentavelmente, causaram mais óbitos” (COMISSÃO DE INQUÉRITO DA PANDEMIA, 2021, p. 685), de modo que é seguro dizer

que as fake news efetivamente contribuíram para o número de mortes - e, consequentemente, de lutos - durante a pandemia.

### ***Desresponsabilização do Estado***

Por fim, na categoria “Desresponsabilização do Estado” (211), agrupamos todas as declarações feitas pelo Presidente da República que eximiam o Estado de sua responsabilidade na gestão da crise sanitária gerada pela pandemia de Covid-19. Entre março de 2020 e julho de 2022, foram 211 falas desse tipo feitas por Jair Bolsonaro. Essa foi a categoria com a maior frequência dentre as identificadas, o que denota sua centralidade no mosaico das estratégias que compuseram a gestão do Estado no enfrentamento da pandemia.

A partir de postulados como “Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre” e “Eu não sou coveiro não tá?”, feitos pelo Presidente, o que se observou foi uma contínua desimplicação do governo federal diante do morticínio que ocorreu como resultado (direto e indireto) do avanço da Covid-19 no território brasileiro. Esse tipo de discurso demonstra figurativamente duas alternativas diante do contexto crescente de número de óbitos: a de espera por intervenção sobrenatural (o milagre) ou o desinvestimento afetivo frente às mortes<sup>7</sup>, denotado pela referência ao papel do coveiro.

Destarte, esse método se apresenta bem alinhado ao que se propõe a agenda necropolítica, isto é, a “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humano e populações” (MBEMBE, 2018, p. 10). No entanto, dentre os dispositivos necrogovernamentais que identificamos ao longo da pandemia, este talvez seja o que mais encontra ressonância com a definição de Estado suicidário proposta por Virilio (1976), pois a instrumentalização existencial e a gestão dos corpos, aqui, não esteve orientado somente à determinado grupo, classe ou raça, mas contemplou toda a integridade do corpo social, de forma indiferenciada.

Se tomarmos a posição de Safatle (2020) acerca desse mesmo conceito e aplicá-la ao cenário brasileiro no auge do número de contágios e internações, encontramos uma ilustração fidedigna do momento em que o Estado de fato tornou-se “ator contínuo de sua

---

<sup>7</sup> Aqui se antevê uma forte relação com a estratégia de “Banalização da morte”. Veja mais sobre isso na página 28.

própria catástrofe, o cultivador de sua própria explosão, e o organizador de um empuxo da sociedade para fora de sua auto-reprodução” (SAFATLE, 2020, p. 4). De certa forma, a desimplicação de responsabilidade por parte do Estado tem como objetivo:

Defender a tese de que catástrofes humanitárias, como essa produzida pelo governo brasileiro diante da pandemia (segundo país do mundo em número de mortos, mesmo diante de subnotificações evidentes; ausência total de políticas públicas federais de proteção de populações; ausência completa de luto e comoção social pelas mortes), funcionam como parte de uma política de pressão em direção a modificações paradigmáticas no exercício do poder. Tais modificações podem indicar recomposições globais mais profundas visando a adaptação aos processos socioeconômicos capitaneados pelo horizonte neoliberal e seu horizonte reduzido de expectativas. Por sua vez, elas indicam uma consolidação da indiferença e da desafeção como afeto social fundamental. (SAFATLE, 2020, p. 10).

Ademais, o governo federal também dispunha de recursos para investimento em políticas públicas universalistas nos campos da saúde, educação, e/ou geração de renda, mas optou utilizá-los na esquematização de auxílios de transferência direta de renda. A quantia de R\$600 mensais, no entanto, sequer é suficiente para, atualmente, comprar os 13 itens mais comuns de uma cesta básica (CUT, 2022). Em última instância, a escolha pela transferência de renda diretamente às famílias se alinha à lógica de que o Estado já arcou com sua parte da responsabilidade, cabendo agora a cada família gerir suas formas de sobrevivência a partir desses recursos.

É isto que se traduz por meio de falas do Presidente, como a do dia 23 de março de 2021, de que “o que coube a minha responsabilidade [no combate à pandemia] eu fiz: recursos e meios.” A economia reiteradamente aparece de forma nuclear no interior do discurso do Estado, o que evidenciada não apenas sua hierarquia imaginária ante aos demais componentes do bem-estar social, mas também o diagnóstico de uma “perda da capacidade da mediação de conflitos pelos aparelhos institucionais da democracia liberal” (SAFATLE, 2020,p. 14), que consolida a ideia de que há o colapso dessa macroestrutura deve dar espaço às “microestruturas como horizonte de apoio”.

Outras falas, como a de que “em nenhum momento, o governo deixou de tomar medidas importantes, tanto para combater o coronavírus como para combater o caos na economia, que poderia gerar desemprego e fome”, e de que, portanto, ele próprio não teria nenhuma responsabilidade em relação à Covid-19, pois “quem trata disso são os

governadores e prefeitos”, como ele se referiu mais de uma centena de vezes<sup>8</sup>, também apontam para ocasiões em que houve condutas omissivas do Estado diante das mortes, da superlotação das UTIs, da falta de oxigênio em hospitais públicos, das valas coletivas e, conseqüentemente, do luto de milhares de famílias brasileiras.

Por fim, tomando como referência a coletânea de estratégias que reunimos neste eixo analítico, resta-nos a pergunta que nos guiou até aqui: como sonham os brasileiros atravessados pela necropolítica e pelo ímpeto autodestrutivo de um Estado suicidário?

#### **4.2 Sonhos em um Estado suicidário**

Quando Freud (1900/2019) se lançou à tarefa de interpretação dos sonhos, logo destacou a importância de não se tomar o sonho em sua íntegra como objeto de análise. Ele notou, através do dispositivo clínico, que convidar os pacientes a falar sobre o conteúdo sonhado em sua íntegra - através de perguntas como “O que lhe passa pela cabeça quando pensa no sonho?” - parecia surtir pouco efeito para a produção da associação livre, o que invariavelmente obstaculizava seu processo de interpretação. Por outro lado, ao eleger separadamente os elementos presentes no sonho, decompondo-o, os pacientes não apenas associavam mais livremente, como também detalhavam em maior precisão suas percepções sobre a cena onírica.

Apoiada nesse argumento, este trabalho não se propõe a explorar os sonhos submetidos em sua integralidade. O que objetivamos, de fato, é tecer reflexões sobre alguns elementos que se presentificaram nos sonhos de brasileiros durante a pandemia, pensando nas relações entre o sujeito, seu contexto sociopolítico e os efeitos que emergem do conflito gerado por essa equação.

Para tanto, discutimos, no eixo 4.2.1, os relatos oníricos relacionados à temporalidade. A partir das associações realizadas e dos materiais coletados, desdobramos algumas hipóteses sobre a forma como os conflitos da vigília emergem no campo onírico e de que forma o luto se presentifica nesse processo.

---

<sup>8</sup> Mais precisamente, as declarações do Presidente que incumbiram a responsabilidade da gestão da pandemia exclusivamente a governadores e prefeitos totalizaram 126 ocorrências. (AOS FATOS, 2022).

No eixo 4.2.2, apresentamos uma discussão sobre os sonhos de angústia, analisando os relatos em suas relações com os conceitos freudianos e lacanianos de Real, objeto  $a$  e umbigo dos sonhos. Através deles, pensamos o sujeito em sua relação com a castração e a transgressão, chegando ao exame de sua tentativa de imaginarizar o vírus, um inimigo invisível. As análises nos remetem ao paradoxo do sonho como um ensaio desejante, articulando os afetos de angústia e satisfação enquanto frutos da tentativa de do sujeito de se posicionar à uma distância segura da falta.

#### 4.2.1 O sonho ontem, hoje e amanhã: sobre as distorções temporais na pandemia

Partimos da compreensão de que a capacidade onírica de representar, condensar e deslocar conflitos da vigília, afastando-os de suas realidades originais, ao mesmo tempo que mantém com eles algum nível associativo, faz dos sonhos um campo fértil para a exploração da realidade psíquica. O que os conteúdos sonhados revelam em suas associações é, como descreveram Dunker et al. (2021, p. 87), “um índice verdadeiro de como determinada sociedade experimentou psíquica e fisicamente os efeitos de seu próprio tempo”.

Nesse sentido, quanto maior a gama de recursos simbólicos presentes no campo cultural e nos discursos sociais de uma época, mais elementos o sujeito pode acessar para fazer frente ao encontro com o Real. Na via contrária, uma insuficiência de semblantes culturais para lidar com o furo traumático pode gerar “um acréscimo no lapso significativo, e, por conseguinte, uma fratura na representação da realidade” (DUNKER ET AL, 2021, p.102), tal como parece ter ocorrido no Brasil durante o período pandêmico<sup>9</sup>.

A incidência do Real, de acordo com Dunker et al. (2021), também desfez um corte na sequência temporal. No caso da conjuntura contemporânea, o trauma coletivo instaurado pela experiência da pandemia também parece ter incidido sobre a forma como o sujeito experienciou sua relação com o tempo. Esse conflito no campo da temporalidade demonstrou ter, em alguma medida, ecoado na vida onírica dos participantes da pesquisa.

O que sustentamos, à luz dos sonhos analisados, é que o trauma da experiência de vida (e de morte) durante a pandemia não apenas desafiou a construção de um sentido para o tempo presente, como também intensificou a turvação no prognóstico dos sujeitos acerca

---

<sup>9</sup> No eixo 4.1, discutimos mais detidamente algumas das estratégias através das quais a necropolítica engendra uma certa concepção fraturada da realidade nos sujeitos.

de seus futuros. Ao se instaurar como uma ruptura paradigmática nos modos de vida contemporâneos, a pandemia também condicionou os sujeitos a um luto da realidade existente antes do trauma. Nesse contexto, a via onírica se apresentou como uma via de escoamento libidinal possível para os afetos confinados pela pandemia, na construção de uma Outra cena que se ergue a partir da tentativa de dar sentido aos conflitos presentes nas experiências da vida diurna.

As entrevistas revelaram uma recorrência de elementos ‘antigos’ (tanto no sentido histórico, quanto no sentido do passado do sujeito) nos sonhos analisados. Estes se apresentaram, majoritariamente, através da apresentação metaforizada ou condensada de ambientes (tais como a escola, a casa dos pais, ou espaços frequentados na infância)<sup>10</sup>, objetos ou personagens que há muito não eram vistos, lembrados ou rememorados pelos sonhadores.

Um exemplo dessa dinâmica se revelou através da entrevista com Orestes, de 24 anos. Ele começa relatando um sonho de infância, que, há anos esquecido, tornou a ocorrer no início da pandemia:

Eu entro em um elevador e aperto o botão para ir aonde eu quero ir, e o elevador começa a despencar, eu tenho a sensação de que estou caindo e vem uma angústia. É um sofrimento absurdo, eu sinto que to sem ar e o elevador vai pra frente, vai pro lado, e eu só fico lá, que nem uma bolinha sendo jogado de um lado pro outro. E sem saber pra onde eu vou daqui a pouco, sem saber pra onde eu estou sendo levado, sem saber o que vai acontecer comigo... A sensação que dá é a de que eu sou um absoluto refém do que vai acontecer, eu não tenho poder nenhum de mudar nada ali.

Quando convidado a associar livremente sobre os elementos presentes em seu relato, Orestes começa a se lembrar de mais detalhes sobre o cenário em que o sonho se desenrola. A cena acontece no lugar em que mora, mas o elevador no qual ele entra não é o mesmo elevador de seu prédio, e sim ao elevador que aparece em “Charlie e a Fantástica fábrica de chocolate”<sup>11</sup>, filme que assistira na infância. A sensação de estar no elevador em

<sup>10</sup> Freud (1900/2019) reiteradamente destaca a infância como fonte da qual os sonhos recorrentemente recuperam materiais para sua produção.

<sup>11</sup>O filme, de 2005, dirigido por Tim Burton, conta a história do excêntrico dono de uma fábrica de doces, que lança um concurso para escolher o próximo herdeiro de seu império. Cinco crianças são sorteadas e ganham uma visita guiada pela lendária fábrica de chocolate. Especificamente na cena citada pelo sonhador, vemos Charlie (uma das crianças sorteadas, interpretada por Freddie Highmore), seu avô (que o acompanha na visita)

movimento, segundo ele, é a de um “refém”, impotente frente à arbitrariedade dos movimentos da máquina.

Descrevendo essa sensação, ele também se refere ao sentimento de impotência que o invadiu durante a pandemia, e os desafios à manutenção de sua autonomia sem a ajuda dos pais, com quem não mora mais junto há alguns anos. A entrada num elevador transparente, idêntico ao da cena do filme, parece denunciar uma distorção temporal a partir da posição de Orestes: ele ocupa o lugar da criança impotente que se sente enclausurada diante das circunstâncias. Ele quer agir para parar o elevador, mas não consegue. Nesse contexto, como nos ensina Freud (1900/2019), a “sensação de inibição do movimento” comumente expressa um “conflito de vontades” do sujeito, manifesto na condição de uma paralisia.

Sumariamente, o que a experiência temporal do sonho de Orestes nos introduz é à forma como os sonhos se munem, tanto de conteúdos do passado, quanto de angústias fantasiosas do futuro, para atualizar as posições do sujeito em seus conflitos do presente, indiferenciando-os cronologicamente dentro do terreno onírico. Assim como Freud (1900/2019, p. 585) discute em um exemplo clínico, este também parece se tratar de um sonho cujo desejo “não se separa da continuação dos pensamentos de vigília no sono”. O sentimento de impotência de Orestes, experienciado na vida diurna, não se traduz na construção de uma cena alternativa para o conflito da vigília, mas opera uma espécie de continuidade regressiva dessa cena, munida de elementos da vida infantil.

Ademais, a dinâmica em que isso ocorre nos remete à própria tarefa psicanalítica, quando pensada à luz da analogia de Freud (1937/1975) quanto às semelhanças do trabalho do analista e do arqueólogo. Tanto um quanto o outro operariam, segundo o autor, reconstruindo o passado à luz de seus vestígios no presente, de modo que a emergência de elementos longevos, atualizados pelo tempo, comporiam o objeto de trabalho a ser manejado em ambos os ofícios. O trabalho do analista, assim:

---

e Willy Wonka (dono da fábrica) entram em um elevador transparente. Ao contrário de um elevador comum, ele é totalmente solto da estrutura do prédio e pode avançar de forma suspensa em qualquer direção (para cima, para baixo, para os lados, na diagonal, para fora do prédio). Na cena, o elevador faz uma série de movimentos abruptos e tem uma queda livre para baixo, antes de parar no andar desejado pelos personagens. (BURTON, 2005).

Assemelha-se muito à escavação, feita por um arqueólogo, de alguma morada que foi destruída e soterrada, ou de algum antigo edifício. Os dois processos são de fato idênticos, exceto pelo fato de que o analista trabalha em melhores condições e tem mais material à sua disposição para ajudá-lo, já que aquilo com que está tratando não é algo destruído, mas algo que ainda está vivo - e talvez por outra razão também. Mas assim como o arqueólogo ergue as paredes do prédio a partir dos alicerces que permaneceram de pé, determina o número e a posição das colunas pelas depressões no chão e reconstrói as decorações e as pinturas murais a partir dos restos encontrados nos escombros, assim também o analista procede quando extrai suas inferências a partir dos fragmentos de lembranças, das associações e do comportamento do sujeito da análise. Ambos possuem direito indiscutido a reconstruir por meio da suplementação e da combinação dos restos que sobreviveram. (FREUD, 1937/1975, p. 167).

Essa analogia destaca, ainda, a importância do segundo momento de contato com o trauma - descrito por Freud como *Nachträglich*, e posteriormente, por Lacan, como *après-coup* - através de uma narrativa que historicize o sujeito, auxiliando-o a dar contorno significativo a sua experiência diante do furo traumático. Os sonhos, enquanto mensagens cifradas, dependem de um *tempo de compreender*, que viabilize o retorno reflexivo e implicado ao relato do sujeito que o narra. Nesse exercício, o próprio ato de verbalizar ou escrever um sonho torna-se “uma interpretação que o inconsciente faz do real” (DUNKER ET AL, 2021, p. 103).

O conceito de tempo, tão central nas articulações psicanalíticas sobre os sonhos, também tornou-se central nas discussões que atravessaram os debates sociais acerca das experiências de quarentena, isolamento social e lockdown. Estudos realizados durante a pandemia, inclusive de metodologia longitudinal, apontam para distorções na percepção temporal dos sujeitos ao longo dos períodos de isolamento, destacando a sensação de lentificação da passagem das horas durante o dia, o que também contribuiu para a sensação de “dilatação” do tempo - como se as horas e os dias não passassem. (CRAVO ET AL., 2022).

O sonho de Íris, uma das participantes entrevistadas, exemplifica a construção de um cenário em que se manifesta um conflito no âmbito da temporalidade. A narrativa da sonhadora começa a partir da cena de um sítio arqueológico:

Eu sonhei que andava numa praia... Como se fosse um sítio arqueológico, que tinha várias esculturas bem antigas e o mar estava bem tranquilo...

Até tomar as duas doses da vacina, há alguns meses, ela continuava respeitando e mantendo o isolamento social, restringindo saídas e encontros com amigos em função do medo de contaminação pelo vírus. Em sua entrevista, a participante destacou que o período

próximo ao dia em que ela teve o sonho relatado remetia a uma escassez de perspectivas futuras, mas também à prevalência do sentimento de solidão e a saudade do período “antes da pandemia”, das viagens e das saídas com os amigos.

Nesse sentido, o relato de seu sonho, que se inicia num território dominado pelo aspecto arcaico, parece ilustrar um cenário em que o presente está sendo invadido pelo passado. A dinâmica libidinal, aqui, escoa o desejo impossível de um retorno ao passado (metaforizado nas ruínas arqueológicas) que invade o presente, enquanto o futuro não está à vista. Esse retorno se apresenta sob um efeito apaziguador, como através da figurabilidade que remete a ela que “o mar estava tranquilo”. Os elementos ‘antigos’, no entanto, não se apresentam enquanto conteúdos centrais do sonho, mas figuram como plano de fundo da narrativa, como partes do cenário em que a trama se delimita.

Tendo em vista as associações da participante, a sensação de insegurança e medo experienciada durante a pandemia parece ter se refletido contraditoriamente em um desejo regressivo, metaforizado em sonhos como esse. O caráter contraditório dessa afirmativa é, na realidade, fruto da própria forma como os sonhos operam com as noções de oposição e contradição, visto que:

Há uma preferência especial [dos sonhos] para reunir ou representar numa unidade as contradições. Os sonhos também tomam a liberdade de representar um elemento qualquer pelo contrário desejado, de modo que inicialmente não há como sabermos se um elemento que admite seu oposto está contido nos pensamentos oníricos de forma positiva ou negativa. (FREUD, 1900/2019, p. 360).

Íris relata também ter notado, ao longo do primeiro ano da quarentena, outro aspecto curioso sobre a temporalidade de seus sonhos:

Eu comecei a sonhar muito mais durante a pandemia. Acho que pode ser uma impressão minha, mas antigamente, antes da pandemia, os sonhos falam muito de estado de espírito presente, sabe? Você teve um dia ruim, estressante, então começa a ter sonhos ruins e estressantes. Em dias que você estava muito cansado você ‘capotava’ e não lembrava de nada, mas no geral diziam só sobre a minha vivência, coisas muito imediatas... E com a pandemia houve um delay, tipo um esticamento, sabe? Parece que às vezes um sonho que você teve hoje só vai fazer sentido daqui a 3 meses, vai se conectando a outras coisas que você vai vivendo ao longo da sua rotina, às vezes eles dizem respeito a outras pessoas que não você... Então ele vai se ramificando para fora de mim...

É própria da lógica atemporal do inconsciente a capacidade de condensar, em sua apresentação narrativa, elementos do passado/presente sem diferenciação cronológica.

(FREUD, 1900/2019). Com isso, por exemplo, os sonhadores podem experienciar uma angústia da primeira infância atualizada na cena de um conflito do presente, retornar aos sítios arqueológicos do passado na presença de personagens que não existiam naquele tempo, ou mesclar episódios e detalhes esquecidos da vida infantil com características atuais da vida adulta. Em todos os cenários, não há cisão entre o agora e o antes, e todos os conteúdos coexistem na mesma unidade.

Quando o presente se torna mais difícil de ser sustentado na vigília, a exemplo dos traumas oriundos das mortes, do isolamento, e das privações ocorridas durante a pandemia, os sonhos parecem abrir espaço para “ramificações para fora” desse tempo, como associa Íris. Trata-se, nesses moldes, de uma dilatação do tempo no campo onírico como uma forma de se defender do presente fraturado, e, portanto, empobrecido de recursos simbólicos para ser dialetizado às demais experiências do sujeito. Para além disso, é como se o *tempo de compreender* dos sonhos da pandemia fosse afetado por essa mesma dilatação, exigindo um período mais longo para que o sujeito o assimile ou o interprete de alguma forma.

E, por fim, como pensar a questão do tempo histórico e a forma com que discernimos a mudança de um *Zeitgeist*? Foi Schwarcz (2020) quem fez essa provocação logo nos primeiros meses da chegada do vírus ao Brasil. A virada de um século, para a autora, não se orienta a partir da passagem cronológica do tempo, mas do momento em que se opera uma ruptura dos paradigmas sobre os quais se sustentam a sociedade. O século XIX, por exemplo, teve seu término no ano de 1918, com o fim da Primeira Guerra Mundial, momento em que as ideias progressistas tomam fôlego após o final do conflito. Essa mudança paradigmática não reflete apenas um deslocamento na forma de pensar de seus sujeitos, mas também a dialética de conflitos sociais (políticos, culturais, econômicos, educacionais, entre outros) que foi levado aos seus limites estruturais.

Nesse sentido, concordamos com a autora de que “a pandemia da covid-19 marca o final do século XX” (SCHWARCZ, 2020, p. 6), como uma crise que colocou em xeque as formas contemporâneas de interação dos sujeitos, entre si, com o mundo, e em suas formas de expressar, através dos sonhos, o processo de metabolização das mudanças de paradigma. Eis um processo que invariavelmente se liga ao luto comum a toda sociedade brasileira - é preciso dar conta de simbolizar o que foi perdido ou renunciado (a liberdade, a segurança, os

direitos sociais, as vidas, etc) para investir em uma nova realidade, ou, como a expressão que popularizou-se durante a pandemia, um “novo normal”.

#### 4.2.2 **Sonhar, transgredir, elaborar: sobre os sonhos pandêmicos de angústia**

Se todo sonho é a realização de um desejo, como propôs Freud (1900/2019), como pensar os sonhos permeados por afetos como a angústia? Estudos brasileiros longitudinais demonstram que, durante o ano de 2020, 25% das pessoas passaram a ter pesadelos em uma frequência semanal, porcentagem que antes da pandemia girava em torno de 8%<sup>12</sup>. Dentre esses sonhadores, aproximadamente um terço relatou a presença de elementos e conteúdos relacionados à pandemia (FONTAINHA, 2021).

De acordo com Rudge (2016), os pesadelos comumente se estruturam a partir da tentativa psíquica de contornar sentido aos processos traumáticos. Suas características marcantes, nesse aspecto, são a repetição e a intensa angústia que geram, por remeter o sujeito à memória traumática. Freud (1900/2019), por sua vez, teorizou que a angústia expressa nos sonhos eram, por vezes, fruto da presença de conteúdos isentos de quaisquer formas de deformação, e que, conseqüentemente, escaparam à censura. A angústia emerge, com isso, da aproximação repentina e desvelada de um desejo que se apresenta para a consciência como condenável ou sem sentido.

Lembremos que a relação que o sujeito estabelece com seu desejo não é desprovida de paradoxos, mas pelo contrário, se dá justamente no conflito entre a busca por satisfação psíquica e os limites impostos pela realidade. Disso decorre que paira uma aura de interdição, reprovação e censura sobre o desejo, o que faz com que, no contexto onírico, sua satisfação explícita ganhe contornos angustiantes e desprazerosos. (FREUD, 1917/2014).

Não por acaso, “o sonho de angústia também é costumeiramente um sonho que nos desperta” (FREUD, 1917/2014, p. 293), pois o despertar, muitas vezes, cumpre a função de interromper o sono antes da realização plena de um desejo coibido. A hipótese freudiana, no entanto, é a de que:

A censura é variável e não aplica sempre o mesmo rigor a um elemento ofensivo. Se já ocorreu de ela se sentir impotente frente a um desejo onírico que ameaça surpreendê-la, em vez de se servir da deformação ela se valerá

---

<sup>12</sup> A amostra deste estudo contemplou 1.057 sujeitos de 21 estados brasileiros. (FONTAINHA, 2021).

do último recurso que lhe resta: abandonar o sono mediante o desenvolvimento da angústia. (FREUD, 1917/2014, p. 294).

Quando a censura abandona o sono, o sujeito por vezes se encontra imerso em um pesadelo - como foi o caso de Eurípedes, de 31 anos. Durante a pandemia, o sonhador relata que passou a acordar diversas vezes ao longo da noite, por vezes sem conseguir voltar a dormir, e a sentir-se cansado e angustiado ao acordar, com a sensação de “aperto no peito”. Entre os sonhos que teve, ele destaca um no qual se via perseguido por "alguma coisa":

Sonhei que estava fugindo de alguma coisa, entre uma pessoa e uma criatura, que havia matado alguém. No sonho havia quedas, vidros, sangue, perseguição e no final eu conseguia que alguém chegasse pra ajudar.

No sonho, a criatura descrita por ele não tem uma figura definida - ele a apreende através dos afetos identificados no sonho e das impressões visuais que teve ao longo do desenrolar da fuga na cena. Em suas palavras, o que lhe perseguia era:

(...) alguma coisa, uma imagem distorcida, um bicho, sei lá, um monstro (...) não tinha uma forma específica, seria como essas coisas que a gente costuma ver de monstro na TV. Não era um padrão ou uma forma, por exemplo, que você consegue identificar, você só sabe que está te perseguindo. (...) Tipo em um jogo ‘de tiro’, em que você vê a imagem ali e sabe que alguma coisa está atrás de ti, mas não tem uma forma definida, específica.

A criatura parece, nesse contexto, uma figura que tenta imaginarizar aquilo que é da ordem do irrepresentável (e, portanto, Real), mas posiciona Eurípedes próximo demais da angústia, que toma conta da cena, fazendo-o acordar. Outro sonho, no qual há uma aproximação sucessiva de um ponto de angústia, é o de Juno, de 23 anos:

Sonhei que eu estava de carro em uma comercial da asa sul com minha amiga e mais algumas pessoas, e enquanto esperávamos tivemos muita sede, então descemos do carro pra comprar água. Eu comecei a tocar em todas as paredes de todas as lojas, passar a mão nas roupas e objetos expostos na calçada, mas ao mesmo tempo pensava que não podia tocar nas coisas por conta do coronavírus. (...) Não lembro como cheguei até em casa, mas lembro que fui tomar banho, provavelmente porque toquei em tudo da rua, e apareceu uma barata no chuveiro, e depois eu acordei.

De pronto, há notícias de que a invisibilidade do vírus demanda um trabalho singular de simbolização. Uma vez que a Covid é um vírus que se apresenta sem forma, sem cor ou imagem, cabe ao psiquismo confeccionar uma imagem que dê conta de sua irrepresentabilidade, tal como a barata no sonho de Juno. Dentro da narrativa onírica, sua aparição acontece após uma transgressão da sonhadora - a de tocar nas paredes e objetos encontrados nas lojas, expondo-se ao vírus.

A barata lhe remetia a “um medo e um asco” causado pelo encontro, referindo-se também a uma angústia diante de sua proximidade na cena. Sabemos, com Lacan (1964/1985), que a angústia é o afeto que mais nos aproxima do *objeto a*, e que este, pensado à luz dos sonhos, pode resguardar íntimas relações com aquilo que Freud (1900/2019) chamou de umbigo dos sonhos - um núcleo enigmático incapaz de ser integrado à narrativa onírica.

Em outro sonho, o relato de Juno atesta a presença da angústia diante da aproximação de um elemento que ela qualifica como ‘nojento’:

Eu estava numa gincana e era num lugar muito grande, tipo um clube. Tinha campo de futebol, campo de areia, piscina, tobogã... Lembro de estar com uma amiga minha, que hoje nem é tão próxima, e nós fomos numa montanha-russa que tinha lá no parque e fazia parte dessa gincana. No final da montanha russa, tínhamos que pular da cadeira para uma piscina bem grande e bem funda. Nós pulamos e aí quando eu olhei tinha um cocozão no fundo da piscina. Eu não sei porque... A piscina era muito funda, então a gente não tocou, só olhou lá no fundo e saiu correndo.

Ambos os sonhos apresentam uma dinâmica comum. Ao mesmo tempo em que a sonhadora é agente ativa para o contato com os elementos que lhe causam angústia, - no primeiro sonho, ao tocar nas paredes e entrar no espaço em que está a barata; e no segundo, ao mergulhar na piscina em que o cocô estava - ela também teme, evita e foge desse encontro direto. Em uma posição que se assemelha à esquizo-paranóide<sup>13</sup>, descrita por Klein (1996), ela simultaneamente ataca e é atacada pelo objeto, o provoca e teme sua reação, em um caráter persecutório comum à essa configuração psíquica.

Essa compreensão reitera a hipótese de que esses elementos (o cocô, a barata, a parede e os objetos tocados) denotam, no contexto onírico, a tentativa do sujeito de assumir uma distância segura em relação ao *objeto a*, causador de angústia. Como um modo de anteparo frente ao Real, os sonhos de Juno elegem imagens que se apresentam

---

<sup>13</sup> A posição esquizo-paranóide é conceituada pela autora como o primeiro estágio de desenvolvimento da vida do bebê, no qual a criança ainda se relaciona com objetos parciais (fundamentalmente, o seio), e ainda não tem concepção de um sujeito total (a mãe). Dessa forma, um mesmo objeto fragmenta-se em dois: um bom e prazeroso, que atende às suas necessidades; e um mau, de índole persecutória, que ameaça destruir, em revide, o bebê. Essa angústia persecutória só é superada mediante o reconhecimento gradual, por parte da criança, de que os objetos amado e temido são um só. Até esse momento, a criança não é capaz de compreender que ao atacar o objeto mau, é também o objeto bom que está sob ameaça, e, conseqüentemente, que destruir este objeto tem como consequência última sua própria destruição, visto que, sob a condição de desamparo infantil, ela necessita desse outro para sua sobrevivência. A experiência da ambivalência, nesse sentido, é um marco essencial para pensar o desenvolvimento da subjetividade infantil. (KLEIN, 1996).

simultaneamente de forma perturbadora (há um elemento cuja presença é incômoda) e apaziguadora (o sonho é interrompido mediante a aparição da barata, que não encosta nela; e o cocô está distante, no fundo da piscina), em uma ambivalência própria ao funcionamento inconsciente.

De forma semelhante, o sonho de Minerva, de 27 anos, também se apresenta a partir de um conflito adornado por elementos pandêmicos:

Eu saía na rua e de repente estava sem máscara, enquanto todos ao meu redor usavam máscara. Eu tentava encontrar algum lugar pra comprar uma, mas tudo estava fechado, e de repente todo mundo começava a me olhar feio e a me deixar acuada, chegando a tentar me agredir.

A jovem associa, inicialmente, que sonhar com o esquecimento da máscara “é o novo sonhar que está sem roupa” - uma construção que é curiosa em vários aspectos. Primeiramente, por atualizar um dos sonhos mais típicos: o do embaraço causado pela nudez. A falta da máscara, aqui, se apresenta como a ausência de um anteparo diante do olhar do Outro, fazendo-a se sentir exposta e evidenciada em público. Essa evidência a posiciona como objeto de desejo do Outro. Está posto, diante disso, o segundo aspecto curioso, referente ao caráter ambivalente da cena: por mais que haja desconforto diante da situação do sonho (olhar é “feio”, agressivo), ele ainda evoca algum tipo de satisfação, pois é ela quem sonha.

Em acordo com os pressupostos freudianos, uma fonte possível dessa satisfação encontra-se no campo da transgressão. O incômodo no sonho aponta para o desejo inconsciente de Minerva de transgredir a Lei simbólica e escapar à castração imposta pelos cerceamentos do Outro. Durante a entrevista, ela afirma que a ausência da máscara é algo que está no “extremo oposto” das condutas adotadas por ela durante a pandemia. Ela adere até o momento o uso de máscaras em público. Esse foi o fator que lhe causou a maior sensação de estranheza nos sonhos - por ser algo que ela nunca fazia. A temática da transgressão se repete em outro sonho da mesma jovem:

Eu lembro de uma vez que eu sonhei que estava indo numa festa... No auge da pandemia, ninguém saía de casa e eu sonhei que estava indo numa festa. Eu e meus amigos chegamos na festa, mas eu não consigo lembrar se as pessoas lá estavam de máscara ou não. Eu lembro do sentimento de saber qual era o momento em que aquilo estava se passando, era como se fosse agora no meio da pandemia. A festa era aquela coisa meio clandestina assim, festa escondido.

Ao frequentar uma festa em seu sonho, ela transpõe as barreiras da realidade diurna, em que suas possibilidades de socialização estão interditas, mas ainda assim sob um certo véu da Lei, pois a festa era “escondida” e proibida. O sonho, então, a coloca no lugar interdito e, à medida que Minerva recusa essa ideia consciente, essa relação aparece com maior intensidade em seus sonhos. Quanto mais esse desejo é reprimido na vida desperta, mais ele aparece de forma disruptiva na vida onírica, visto que o sonho realiza, de forma disfarçada, um desejo reprimido.

Sabemos ainda, de acordo com Freud (1930/2010), que angústia também se refere a impossibilidade de satisfação dos desejos mais primitivos do sujeito enquanto consequência do pacto social. Há de se sacrificar a satisfação plena dos instintos em prol da justiça, das normas sociais que buscam um acordo entre as reivindicações individuais e as culturais. O acordo que surge para que esses impulsos sejam domados, no entanto, é o que se firma a partir da proteção e segurança fornecidos pelo Estado.

Entretanto, durante o período pandêmico, esse suporte esteve atuando em prol da calamidade na saúde pública e pela finitude da vida. A ausência do cuidado com as vidas da população evidenciou a situação de desamparo com a qual os sujeitos se depararam, potencializando o sentimento de angústia. Diante da postura negrogovernamental do Estado, a demanda que se desenha é a de um trabalho de luto que transgride a esfera individual e rompa com as estruturas vigentes de precarização do processo de elaboração da perda. Os sonhos, nesse sentido, se apresentam como campo que encena, através de deslocamentos, condensações e metáforas figurabilizadas, o conflito que se desenha para os sonhadores brasileiros contemporâneos: o de um luto por se fazer.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões tecidas acerca do discurso e estratégias do Estado durante o combate à pandemia demonstraram que, não apenas houve uma conduta omissa e violenta do governo federal na gestão da crise sanitária, como também que essa conduta se alinha a vários dos princípios da necropolítica definida por Mbembe (2018) e discutida por Safatle (2020). Conforme abordado no primeiro eixo, a pandemia parece ter sido um terreno fértil para a atualização das próprias engrenagens necropolíticas, que agora se apropriam de dispositivos

como as *fake news*, a interpelação neoliberal ao individualismo e à responsabilização do indivíduo, e a descredibilização institucional, para gerir a máquina institucional de invisibilização dos corpos que se acumularam diante da tragédia da Covid.

Já no segundo capítulo, adentramos o mundo onírico de sonhadores brasileiros para compreender de que modo o trauma da pandemia repercutiu nas formações do inconsciente dos sujeitos brasileiros. No que tange aos sonhos relacionados à temporalidade, destacaram-se as narrativas cujo cenário se apresentou em uma espécie de continuidade aos conflitos da vida diurna, possível efeito de um empobrecimento simbólico que auxilie o sujeito a forjar uma cena alternativa à da realidade desperta. Observamos, ainda, sonhos nos quais parece ter havido uma espécie de dilatação do tempo de compreender, como um possível reflexo da dinâmica conflitiva da quarentena e seus efeitos para a relação do sujeito com a passagem do tempo.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que os sonhos oferecem uma tentativa de elaboração da realidade traumática da vigília, eles também operam aproximando o sujeito de sua fonte de angústia, na medida em que dão acesso não apenas ao inconsciente (no sentido do simbólico, do desejo insatisfeito, dos significantes que determinam o sujeito), mas também ao real do desamparo, da castração, em relação aos quais o sonho pode funcionar como um anteparo. É nesse sentido, como nos lembra Lacan (1964/1985), que acordamos para continuar sonhando - no exercício de sustentação da fantasia que denominamos de realidade.

A partir do momento em que a realidade se apresenta como fraturada - ou, no mínimo, fragilizada estruturalmente -, o trabalho de luto dos sujeitos brasileiros também se vê tolhido quanto às possibilidades de elaboração saudável. Nesse contexto, o silenciamento, a invisibilização e a violência com que a morte e o adoecimento foram abordados socialmente, com aval e participação ativa do Estado, se revelam como obstáculos à compreensão e simbolização das perdas sofridas ao longo dos últimos anos. Invariavelmente, o luto é um processo que sobrecarrega e monopoliza temporariamente as possibilidades de investimento libidinal do sujeito, de modo que a impossibilidade de sua elaboração também se desdobra em uma espécie de paralisia social diante do morticínio de 600 mil vidas perdidas.

Esboçemos, então, algumas respostas às questões que guiaram nossos estudos. A via onírica revelou-se um caminho recorrentemente empregado pelo psiquismo para escoar os afetos que atravessaram a experiência pandêmica dos sujeitos brasileiros. O que se observou a partir das análises é que os sonhos não apenas deram vazão às tensões da vigília, como parecem ter sido um campo especialmente inclinado à expressão das tensões relacionadas à temporalidade e à angústia do sujeito.

Nas análises, nos deparamos com três tipos majoritários de sonhos: (i) aqueles que construíram ensaios alternativos aos conflitos da vida diurna; (ii) aqueles que expressaram os conflitos da vigília em uma espécie de continuidade regressividade à uma Outra cena, mais apaziguadora ao sujeito; (iii) aqueles que se apresentaram empobrecidos simbolicamente, repetindo cenas de angústia, perseguição e/ou violências, sem que o sonhador conseguisse alcançar algum nível de elaboração.

Dentre essas tendências, a terceira se destaca como a mais preocupante, enquanto uma repetição literal de um Real que não cessa de tentar alcançar um patamar simbólico. Urge, diante disso, a necessidade de sonhar com outras realidades que não essa, assujeitadora, tendo em vista que os sonhos são, em essência, ensaios desejanter. O exercício de dar valor a um material que se apresenta sem sentido, como os sonhos, é um aposta de que é possível fazer deles um exercício de cidadania, como uma forma de produção de ética e de resistência a um cenário crítico que desafia a construção de sentido de seus sujeitos, e, portanto, obstaculiza as possibilidades de sonhar com outras realidades políticas e sociais.

A psicanálise nos convoca ao desafio de manter abertas as portas de escuta dos sujeitos, valorizando os sonhos como instrumentos fundamentais à elaboração dos traumas, à construção da memória histórica e à defesa da alteridade em sua dimensão mais singular - a de quem sofre. Nesse sentido, valorizar os sonhos em sua potencialidade de elaboração dos traumas e de construção de uma memória histórica coletiva, significa, antes de mais nada, dar lugar e voz àquilo que o sujeito tem de mais singular: seu desejo.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise (1946)*. Tradução Verlaine Freitas. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social Media and Fake News in the 2016 Election. *Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n. 2, p. 211-36, 2017.
- AUXÍLIO Brasil de R\$ 600 não compra uma cesta básica de 1 produtos. *CUT BRASIL*. Disponível em: [www.shorturl.at/bcmu8](http://www.shorturl.at/bcmu8). Acesso em 29 de Julho de 2022.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BIRMAN, Joel. *O trauma da pandemia do coronavírus*. Editora Civilização Brasileira, 2021.
- BIRMAN, Joel. Excesso e ruptura de sentido na subjetividade hipermoderna. *Cadernos de Psicanálise*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 17, p. 175-195, 2004.
- CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em psicologia*, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.
- CAPONI, Sandra et al. O uso político da cloroquina: COVID-19, negacionismo e neoliberalismo. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 9, n. 21, p. 78-102, 2021.
- CHARLIE e a Fantástica fábrica de chocolate. Direção: Tim Burton. Brad Grey, Richard D. Zanuck, Michael Siegel. Estados Unidos: Village Roadshow Pictures, 2005. *DVD*.
- COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA PANDEMIA. Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia. *Senado Federal*, 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>. Acesso em 29 de Julho de 2022.
- COSTA, Ana. *Sonhos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- CRAVO, André Mascioli et al. Time experience during social distancing: A longitudinal study during the first months of COVID-19 pandemic in Brazil. *Science advances*, v. 8, n. 15, p. 1-19, 2022.
- DA CONCEIÇÃO SILVA, Lúcia Isabel; DE MORAIS, Eduardo Silva; DOS SANTOS, Mateus Souza. COVID-19 e população negra: desigualdades acirradas no contexto da pandemia. *Revista Thema*, v. 18, p. 301-318, 2020.
- DOMÍNGUEZ, Carlos; CORRÊA, Itria. Desaparecimento forçado e pandemia. YouTube, 16 de Julho de 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=nI7NhvEQFfk&ab\\_channel=TVResist%C3%A2nciaContempor%C3%A2nea](https://www.youtube.com/watch?v=nI7NhvEQFfk&ab_channel=TVResist%C3%A2nciaContempor%C3%A2nea).
- DIONÍSIO, Gustavo Henrique. Catástrofe e luto, trauma e arte: imagens da pandemia. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, p. 39-49, 2021.
- DUNKER, Christian. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. Boitempo editorial, 2015.

- DUNKER, Christian et al. *Sonhos confinados*. Editora Autêntica, 2021.
- DUNKER, Christian; PAULON, Clarice; MILÁN-RAMOS; José. *Análise Psicanalítica de Discurso: perspectivas Lacanianas*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.
- FRANCO, Fábio Luis. *Governar os mortos: Necropolíticas, desaparecimento e subjetividade*. Ubu Editora, 2021.
- FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos (1900). Em *Obras Completas de Sigmund Freud, vol. 4*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.
- \_\_\_\_\_. O manejo da interpretação dos sonhos na psicanálise (1911). Em *Obras Completas, vol 7*. Porto Alegre: Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_. Recordar, repetir e elaborar (1914). Em: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 12*, p. 191-203. Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- \_\_\_\_\_. As pulsões e suas vicissitudes (1915). Em: *Obras Completas de Sigmund Freud, v. 14*. Rio de Janeiro: Imago, v. 14, 1996.
- \_\_\_\_\_. Segunda parte: os sonhos (1917). Em: *Obras Completas de Sigmund Freud, v. 13 (1916-1917)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- \_\_\_\_\_. Luto e melancolia (1917). Em: *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1920)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- \_\_\_\_\_. Além do Princípio do Prazer (1920). *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 10*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_. O Eu e o Id (1923). Em: *Obras completas de Sigmund Freud, v.16*. Trad. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- \_\_\_\_\_. O mal-estar na civilização (1930). Em: *O mal estar na civilização e outros textos (1930-1936)*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 13-122, 2010.
- \_\_\_\_\_. Construções em análise (1937). Em: *Obras completas de Sigmund Freud, v.19*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, p. 189-200, 2018.
- FONTAINHA, Fabiana. Um ano da Covid-19. *Sono*, São Paulo, v. 25, p. (3), Março, 2021.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. A Análise do Discurso: Conceitos e Aplicações. *Revista Alfa*, São Paulo, v.39, p.13- 21, 1995.
- IBGE. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2019.
- JORGE, Marco Antonio. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan - vol. 1: as bases conceituais*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2005.

- KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- KLEIN, Melanie. *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945)*. Rio de Janeiro, Imago, 1996.
- KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. Companhia das Letras, 2020.
- LACAN, Jacques. *Escritos (1966)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LACAN, Jacques. (1955-1956). *O seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- LACERDA, Caroline Dutra; CHAIMOVICH GURALNIK, Hernan. O que é imunidade de rebanho e quais as implicações?. *Jornal da USP*, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-que-e-imunidade-de-rebanho-e-quais-as-implicacoes> . Acesso em 29 de Julho de 2022.
- LEVI, Primo. *É isto um homem?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. 3. ed. São Paulo, N-1 Edições, 2018.
- MENDES, Vinícius. Necrossociedade. *Le monde diplomatique Brasil*, 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/necrossociedade/>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- MEZAN, Renato. A querela das interpretações. Em *A vingança da esfinge: ensaios de Psicanálise*, p. 61-74. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- MIRANDA, Leonardo; CALDAS, Heloisa. Considerações psicanalíticas sobre a pós-verdade e as malditas fake news. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 24, p. 560-574, 2021.
- MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca. Necrodiscursos: Discursos articulados pelas políticas da morte. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 8, p.1-14, 2021.
- NAVARRO, Joel Hirtz do Nascimento, CICILIOTTI, Mayara, SIQUEIRA, Luziane de Assis Ruela & ANDRADE, Maria Angélica Carvalho. *Necropolítica na pandemia pela COVID-19 no Brasil: Quem pode morrer? Quem está morrendo? Quem já nasceu para ser deixado morrer?* Disponível em <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/901/1262>> . Acesso em 20 set. 2020.
- OMS faz alerta ao Brasil e México sobre o curso da pandemia. *El País*, 2020. Disponível em: [www.shorturl.at/ae079](http://www.shorturl.at/ae079) . Acesso em 24 de Junho de 2022.
- ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Michel Pêcheux e a Análise de Discurso*. Vitória da Conquista, p. 9-13, 2005.

- ROSA, Miriam Debieux; DOMINGUES, Eliane. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, v. 22, n. 1, p. 180-188, 2010.
- ROQUE, Tatiana. A queda dos experts. *Revista Piauí*, n. 176, 2021.
- SAFATLE, Vladimir. Beyond the Necropolitics Principle: Suicidal State and Authoritarian Neoliberalism. *Crisis & Critique*, v.7, n.3, p. 360-375, 2020. Disponível em: <https://www.crisiscritique.org/uploads/24-11-2020/vladimir-safatle.pdf>. Acesso em: 21 de abril, 2021.
- \_\_\_\_\_. O poder de desaparecer. Em: *Governar os mortos: Necropolíticas, desaparecimento e subjetividade*. Ubu Editora, p. 151-154, 2021.
- \_\_\_\_\_. *Grande Hotel Abismo: Por uma Reconstrução da Teoria do Reconhecimento*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- \_\_\_\_\_. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- SCHETTINI, Andréa. A violência da ausência: notas sobre o desaparecimento forçado no Brasil. *Cadernos do Seminário da Pós*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-19, jul. 2017.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Quando acaba o século XX*. Companhia das Letras, 2020.
- SOUZA, Diego. Cloroquina e hidroxiclороquina no Brasil: um caso de ineficácia na gestão da saúde pública. *Revista de Salud Pública*, v. 23, n. 2, 2021
- SÜSSEKIND, Thiago. Dossiê: como o Governo Federal contribuiu para o avanço da pandemia no Brasil. *Revista Fórum*, v. 5, 2021.
- TODAS as declarações de Bolsonaro. *Site Aos Fatos*, 2022. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/> . Acesso em 13 de Abril de 2022.
- TORRES, Gyovanna et al. Os riscos da automedicação de hidroxiclороquina e ivermectina como tratamento da Covid-19 no período pandêmico: revisão de literatura. *E-Acadêmica*, v. 3, n. 2, 2022.
- TRÊS em cada quatro brasileiros perderam alguém para covid. *Revista Exame*, 2021. Disponível em: <https://exame.com/brasil/tres-em-cada-quatro-brasileiros-perderam-alguem-para-a-covid-diz-pesquisa/>. Acesso em: 06 de maio de 2021.
- VEJA quais são os dados sobre coronavírus que o governo vem retirando de divulgações. *UOL*, 2020. Disponível em: [www.shorturl.at/cQ016](http://www.shorturl.at/cQ016) . Acesso em 20 de Maio de 2022.
- VIRILIO, Paul. *L'insecurité du territoire*. Paris: Stock, 1976.

## ANEXO A

### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE  
BRASÍLIA - UNICEUB



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Sonhos em um Estado suicidário: efeitos da impossibilidade do luto nas subjetividades contemporâneas

**Pesquisador:** JULIANO MOREIRA LAGOAS

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 51593121.8.0000.0023

**Instituição Proponente:** Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.032.631

#### Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa e/ou do Projeto Detalhado.

Trata o projeto de buscar com participantes maiores de idade relatos e representações de eventuais sonhos que eles recordem no período de pandemia, em vista desses dias de mal-estar provocados pelas ações do Estado brasileiro.

Está prevista a participação de 200 voluntários.

Como bem colocado pelo pesquisador, o trabalho de pesquisa tem características interdisciplinares em busca de analisar o luto, em uma dimensão social, que "perpassa a dimensão de sofrimento individual e se insere num campo de problemas sociais". O trabalho de promover debates acerca das "dimensões psicopolíticas do sofrimento psíquico, relacionando-as com diferentes áreas do conhecimento, tais como filosofia, ciências políticas e sociologia".

#### Objetivo da Pesquisa:

O pesquisador apresentou como objetivo primário o seguinte: "investigar os efeitos da pandemia

**Endereço:** SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

**Bairro:** Setor Universitário

**CEP:** 70.790-075

**UF:** DF

**Município:** BRASÍLIA

**Telefone:** (61)3966-1511

**E-mail:** cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE  
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 5.032.631

da COVID-19 nas manifestações oníricas das subjetividades brasileiras, procurando compreender, assim, o impacto das práticas de gestão de crise adotadas pelo Estado brasileiro na elaboração do luto e na produção de mal-estar no Brasil atual".

Como objetivo secundário, ficaram definidos os seguintes itens: "analisar o discurso do 'Estado suicidário' e seus efeitos para o processo simbolização do trauma das mortes por COVID-19"; "Identificar os rituais concernentes à morte durante a pandemia e seus impactos nas subjetividades contemporâneas"; e "investigar os efeitos das ações do Estado frente à crise pandêmica nas subjetividades brasileiras".

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos, segundo avalia o pesquisador, incluem a mobilização de "conteúdos, reflexões e afetos que repercutam sobre a subjetividade dos participantes".

Como benefícios, tem-se que "as intervenções propostas podem permitir, aos participantes, ressignificar seus sentimentos, afetos e acontecimentos".

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa, de relevância para diferentes campos do conhecimento acadêmico, trata sobre tema atual e relevante. Ao trazer para o campo da psicologia, busca utilizar instrumento de pesquisa a fim de realizar análise de discurso diante das seguintes perguntas: idade, gênero, se o participante perdeu algum familiar ou pessoa próxima durante a pandemia e com a pergunta aberta "Com o que você tem sonhado?" para que os participantes possam relatar seus sonhos. O recrutamento ocorrerá por amostra de conveniência de forma remota.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os documentos apresentados são os seguintes:

- 1) Projeto postado na Plataforma BR;
- 2) Folha de Rosto;
- 3) Projeto original com o instrumento de pesquisa;
- 4) TCLE.

**Recomendações:**

O CEP-UniCEUB ressalta a necessidade de desenvolvimento da pesquisa, de acordo com o protocolo avaliado e aprovado, bem como, atenção às diretrizes éticas nacionais quanto ao às Resoluções nº 446/12 e nº 510/16 CNS/MS concernentes às responsabilidades do pesquisador no desenvolvimento do projeto:

A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e

<b>Endereço:</b> SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar	
<b>Bairro:</b> Setor Universitário	<b>CEP:</b> 70.790-075
<b>UF:</b> DF	<b>Município:</b> BRASILIA
<b>Telefone:</b> (61)3966-1511	<b>E-mail:</b> cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE  
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 5.032.631

legais, cabendo-lhe:

I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e graduação de risco; II - desenvolver o projeto conforme delineado; III - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido; IV - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela Conep a qualquer momento; manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; V - encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; VI - elaborar e apresentar os relatórios parciais e final; VII - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança, interrupção ou a não publicação dos resultados.

Observação: Ao final da pesquisa enviar Relatório de Finalização da Pesquisa ao CEP. O envio de relatórios deverá ocorrer pela Plataforma Brasil, por meio de notificação.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Diante da documentação apresentada incluindo o cuidado com os voluntários, entende-se que a pesquisa tem as condições para continuidade.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Protocolo previamente avaliado, com parecer n. 5.028.785/21, tendo sido homologado na 16ª Reunião Ordinária do CEP-UniCEUB do ano, em 24 de setembro de 2021.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1815446.pdf	01/09/2021 11:08:47		Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	01/09/2021 11:07:40	FERNANDA GUERRA ROMAN NAUFEL DO	Aceito
Outros	Formulario.pdf	31/08/2021 14:20:09	FERNANDA GUERRA ROMAN NAUFEL DO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	31/08/2021 14:17:09	FERNANDA GUERRA ROMAN NAUFEL DO	Aceito

**Endereço:** SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

**Bairro:** Setor Universitário

**CEP:** 70.790-075

**UF:** DF

**Município:** BRASILIA

**Telefone:** (61)3966-1511

**E-mail:** cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE  
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 5.032.631

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	31/08/2021 14:15:26	FERNANDA GUERRA ROMAN NAUFEL DO AMARAL	Aceito
---	----------	------------------------	---	--------

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

BRASILIA, 11 de Outubro de 2021

---

**Assinado por:  
Marília de Queiroz Dias Jacome  
(Coordenador(a))**

**Endereço:** SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar  
**Bairro:** Setor Universitário **CEP:** 70.790-075  
**UF:** DF **Município:** BRASILIA  
**Telefone:** (61)3966-1511 **E-mail:** cep.uniceub@uniceub.br

## ANEXO B

### Formulário de coleta de dados aplicado na primeira fase da pesquisa

## Sonhos na pandemia

Você está sendo convidada(o) a participar de uma pesquisa que tem como objetivo analisar sonhos que se manifestaram durante o período pandêmico à luz da teoria psicanalítica.

Será apresentado um Termo de Consentimento para participar da pesquisa, seguido de uma coleta de dados sociodemográficos e o espaço para relato de um sonho. Todos os dados são confidenciais e suas respostas serão mantidas em total sigilo. Agradecemos desde já pela contribuição!

**\*Obrigatório**

*Pular para a pergunta 1*

### Sonhos na Pandemia

#### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada(o) a participar de uma pesquisa que tem como objetivo investigar sonhos durante a pandemia de COVID-19 à luz da teoria psicanalítica. Essa é uma pesquisa para um Projeto de Iniciação Científica (PIC) vinculado ao Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, desenvolvida pelas alunas Fernanda Guerra e Pâmela Nogueira sob a orientação do professor Juliano Moreira Lagoas.

Os dados serão coletados anonimamente, sendo utilizados somente para a análise da pesquisa. Somente terão acesso aos dados as estudantes e o professor anteriormente citados, respeitando princípios éticos e de confidencialidade. Sua participação é voluntária e você poderá desistir de participar a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Reforçamos que sua participação é de grande importância para a realização deste estudo.

Ao aceitar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido você declara ser maior de 18 anos e que, após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos, aceita voluntariamente fazer parte deste estudo.

#### 1. Sobre o TCLE: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Declaro que li, tenho mais de 18 anos, concordo e aceito voluntariamente participar da pesquisa acima citada
- Declaro que li e não concordo

*Pular para a pergunta 2*

Com o quê você tem sonhado?

2. Poderia nos contar um sonho que teve durante a pandemia? \*

Relate o sonho da forma mais espontânea possível, sem se importar com o sentido, a lógica ou a gramática utilizada.

---

---

---

---

---

3. Por gentileza, informe a data aproximada em que você teve esse sonho: \*

---

4. Esse sonho se repetiu alguma vez? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não  
 Prefiro não declarar

5. Há algum outro sonho que você gostaria de nos contar? Se sim, relate-o abaixo. Se não, pule essa pergunta.

---

---

---

---

---

*Pular para a pergunta 6*

#### **Rotina de sono**

6. Você se lembra de alguma coisa que viu, pensou, leu e/ou vivenciou no(s) dia(s) anterior(es) ao sonho e que queira relatar?

7. Você percebeu alguma alteração no seu sono desde o início da pandemia? \*

Marcar apenas uma oval.

- Sim  
 Não  
 Não sei dizer

Pular para a pergunta 8

Dados  
sociodemográficos

Por favor insira os dados abaixo, eles nos auxiliam muito na hora de analisar os dados.

8. Nome (caso não se sinta confortável em nos dizer seu nome, insira um nome fantasia): \*

---

9. Idade (somente números) \*

---

10. Gênero \*

Marcar apenas uma oval.

- Feminino  
 Masculino  
 Não-binário  
 Prefiro não declarar

11. Raça \*

Marcar apenas uma oval.

- Branca  
 Preta  
 Parda  
 Amarela  
 Indígena  
 Prefiro não declarar

## 12. Renda familiar \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Até 1 salário mínimo (R\$ 1.100,00)
- De 1 a 3 salários mínimos (R\$ 1.100,00 a R\$ 3.300,00)
- De 3 a 6 salários mínimos (R\$ 3.300,00 a R\$ 6.600,00)
- De 6 a 9 salários mínimos (R\$ 6.600,00 a R\$ 9.900,00)
- De 9 a 12 salários mínimos (R\$ 9.900,00 a R\$ 13.200,00)
- De 12 a 15 salários mínimos (R\$ 13.200,00 a R\$ 16.500,00)
- Mais de 15 salários mínimos (mais de R\$ 16.500,00)
- Prefiro não declarar

## 13. Você perdeu algum familiar/pessoa próxima durante a pandemia? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Prefiro não declarar

## 14. Você já teve COVID-19? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sei
- Prefiro não declarar

## 15. Você percebe alguma sequela do COVID-19? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não tive COVID-19

## 16. Quais sequelas você percebe?

*Pular para a pergunta 17*

**Contato adicional**

Não é obrigatório, mas nos ajudaria muito

17. Caso necessário, podemos entrar em contato para receber mais informações sobre seu sonho? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

18. Se sim, por favor nos informe abaixo seu número para contato (com DDD)

---